

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO**

**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E
REFORMA AGRÁRIA - INCRA**

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SR01/PARÁ

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO**

**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E
REFORMA AGRÁRIA - INCRA**

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SR01/PARÁ

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

BELÉM, 05 DE MARÇO DE 2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
PA's – Projetos de Assentamentos
PAE – Projetos Agroextrativistas
SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural
ITERPA – Instituto de Terras do Pará
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SR (01) – Superintendência Regional do Pará
TJE – Tribunal de Justiça do Estado
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
MPOG – Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar
DAP's – Declaração de Aptidão
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
UFRA – Universidade Federal da Amazônia
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação e da Biodiversidade
OEMA – Órgão Estadual de Meio Ambiente
SESPA – Secretaria de Estado de Saúde Pública
TDA – Títulos da Dívida Agrária -
PO – Programação Operacional
MSAA – Micro Sistema de Abastecimento d'água
META – Micro Estação de Tratamento
MPF – Ministério Público Federal
CGU – Controladoria Geral da União
UMC's – Unidades Municipais de Cadastro
OAN – Ouvidoria Agrária Nacional
RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PRA – Plano de Recuperação do Assentamento
UFPA – Universidade Federal do Pará
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação
TCE – Tomada de Contas Especial
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
TCU – Tribunal de Contas da União
SIASG – Sistema de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIR – Sistema de Informações Rurais
SISPROT – Sistema de Protocolo
SIPRA – Sistema de Informação de Projetos da Reforma Agrária

Sumário

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual	7
2. Objetivos e metas institucionais	8
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.	8
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.	8
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	11
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento .	12
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	13
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa.....	15
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	16
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais.....	16
Principais Ações do Programa	17
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária	17
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.....	20
2.3.1.3 Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	22
2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	25
2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	27
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	29
Principais Ações do Programa	30
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.....	30
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.....	33
2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol	35
2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento	39
2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária	41
2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	43
2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	45
2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	49
2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas.....	52
Principais Ações do Programa	53

2.3.3.1	Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	53
2.3.3.2	Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural.....	56
2.3.3.3	Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	57
2.3.3.4	Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais.....	59
2.3.3.5	Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas....	61
2.3.3.6	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	64
2.3.4	Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	66
	Principais Ações do Programa	67
2.3.4.1	Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	67
2.3.5	Programa 1120 – Paz no Campo.....	69
	Principais Ações do Programa	70
2.3.5.1	Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	70
2.3.6	Programa 1336 – Brasil Quilombola	73
	Principais Ações do Programa	74
2.3.6.1	Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.	74
2.3.7	Programa 1350 – Educação no Campo	76
	Principais Ações do Programa	77
2.3.7.1	Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	77
2.3.7.2	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	79
2.3.8	Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura.....	81
	Principais Ações do Programa	82
2.3.8.1	Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.....	82
2.3.8.2	Ação 2272 - Gestão do Programa.....	86
2.3.9	Programa 0750 – Apoio Administrativo	88
	Principais Ações do Programa	89
2.3.9.1	Ação 2000 - Administração da Unidade	89
2.3.9.2	Ação 2003 - Ações de Informática.....	92
2.4	Desempenho Operacional	94
2.4.1.	Programação Orçamentária.....	94
2.4.1.1	Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)	94
2.4.1.2	Programação de Despesas Correntes.....	94
2.4.1.3	Programação de Despesas de Capital.....	94
2.4.1.4	Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	94

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	95
2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	96
2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação.....	96
2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	97
2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	98
2.4.3. Evolução de Gastos Gerais	99
2.4.5. Indicadores de Desempenho	100
3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos.....	101
3.1 Composição dos Recursos Humanos	101
3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos	101
3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos	102
3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra.....	104
3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir.....	105
3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos	106
4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	108
5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	109
6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	111
7. Previdência Complementar Patrocinada	116
8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.....	117
9. Renúncias Tributárias	118
10. Operações de fundos	119
11 A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno	120
11B. Determinações e recomendações do TCU.....	121
12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	122
13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV	124
14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	125
15. Informações Contábeis da Gestão	126
16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins - INDICADORES	128

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA			
Denominação abreviada: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO PARÁ – SR-01			
Código SIORG: 4025	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373030	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(091)	3202-38546	(091) 3202-3859
Endereço eletrônico: ascom@blm.incra.gov.br			
Página da Internet: http://www.incra.gov.br/sr01/portal			
Endereço Postal: Estrada da Ceasa S/ N° - Bairro Curió-Utinga - CEP 66610-840 - BELÉM – PARÁ			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criado pelo Decreto-lei n.º 1.110 de 9 de julho de 1970, teve sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto n.º 5.735, de 27 de março de 2006, (com nova redação dada pelo Decreto n.º 5.928, de 13 de outubro de 2006).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
373035	Projeto Fundiário de Paragominas/PA		
373036	Unidade Avançada de Capitão Poço/PA		
373038	Projeto Fundiário de Tomé-açu		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
37201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
373030	37201		
373035	37201		
373036	37201		
373038	37201		

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

Implementar a política de Reforma Agrária e realizar o ordenamento fundiário da região por meio da sede em Belém e 03 Unidades Avançadas, com a participação dos diversos segmentos da sociedade, tendo como foco principal a construção do desenvolvimento sustentável, garantindo também, aos trabalhadores rurais sem terra, às populações tradicionais e aos remanescentes de quilombos o acesso a terra e aos mecanismos que lhe garantam uma melhor qualidade de vida.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

No exercício 2009, a atuação da Superintendência Regional do Pará – SR (01) concentrou-se na qualificação dos assentamentos criados ao longo dos anos, buscando assegurar os meios necessários para promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental das famílias assentadas, por meio da destinação de recursos para implantação de infra-estrutura básica, assistência técnica e extensão rural, capacitação, licenciamento ambiental, educação alicerçada na pedagogia da alternância, apoio ao processo produtivo e acesso à moradia.

Por outro lado, manteve-se a estratégia estruturante de inclusão sócio-econômicas de milhares de famílias caracterizadas como povos e comunidades tradicionais, por meio da criação de projetos agroextrativistas em parceria com a Secretaria de Patrimônio da União, notadamente no Arquipélago do Marajó, território que detém os piores indicadores sociais do Estado do Pará e um dos mais baixos do Brasil, onde 80% de sua população vivem abaixo da linha da pobreza¹, de acordo com dados oficiais do Governo Federal. A atuação do INCRA junto aos chamados “povos das águas” tem sido fundamental para combater a exclusão social, servindo de porta de entrada para a cidadania, em regiões longínquas e de difícil acesso, onde a ausência do Estado, delegada implicitamente, fora assumida historicamente pelo semifeudalismo.

¹ Ver Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó, 2007.

No ano foram assentadas 9.453 famílias, ultrapassando a meta de assentamento da Programação Operacional, inicialmente estipulada em 7.000 famílias, e representando um incremento significativo de 35,04%. Observe-se que o foco principal desta ação foram os povos e comunidades tradicionais, que possuem um modo de vida cuja centralidade é o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação de sua identidade cultural.

No campo do desenvolvimento dos projetos de assentamento o INCRA desenvolveu novas estratégias na busca incansável de seus objetivos, operou na linha de ampliar e fortalecer parcerias com outras instituições públicas (federais, estaduais e municipais), em especial com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado – SEMA e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, refletindo no número expressivo de 84 Licenças Ambientais protocoladas, bem como na obtenção de 29 Licenças, sendo 02 prévias e 27 Licenças de Instalação e Operação. Esta ação integrada tem sido fundamental para o cumprimento das deliberações contidas no Acórdão 2.633/2007 – TCU/Plenário.

A gestão participativa, o controle social e geração de valor público permearam as ações da Superintendência em 2009, por meio da participação dos servidores no processo decisório, da incorporação das demandas dos movimentos sociais à agenda de trabalho, da articulação interinstitucional e do empoderamento das comunidades locais beneficiárias das ações do programa de reforma agrária.

Outra importante ação realizada em 2009 diz respeito à moralização dos projetos de assentamentos (PA's), por meio da retomada de lotes ocupados irregularmente, especialmente na região da Operação Arco Verde, que compreende os municípios de Paragominas, Ulianópolis, Dom Eliseu e Tailândia. Combater a reconcentração fundiária, as atividades ilegais influenciadas por dinâmicas econômicas predatórias na região e fortalecer a governança institucional sobre os PA's são os eixos principais deste trabalho.

Questão igualmente importante a ser assinalada é a melhoria das condições e no ambiente de trabalho dos servidores, por meio da contratação de projetos de modernização tecnológica, bem como na manutenção e reforma de prédios que há 38 anos não recebiam um tratamento adequado, os quais foram licitados e contratados com andamento em 2010.

Na área de crédito implantação, destaque-se o incremento de R\$10.000,00 (dez mil reais) para R\$15.000,00 (quinze mil reais) no valor unitário destinado à construção

de unidade habitacional familiar, beneficiando cerca de 4.122 famílias assentadas em anos anteriores. Esta ação tem se revelado estrutural para combater o grave déficit habitacional existente no Estado do Pará, principalmente nas regiões rurais pobres.

Por sinal, o atendimento a 38.465 famílias assentadas ao longo das ilhas fluviais, em 211 projetos de assentamento agro-extrativistas, demandou um volume extraordinário de despesas na modalidade “suprimento a servidor” para o pagamento de aluguel de embarcações e/ou aquisição de combustível no deslocamento das equipes de trabalho, em muitas localidades remotas, impactando sobremaneira o uso do cartão corporativo modalidade saque, já que nestes locais não existem agências bancárias, bem como fez com que a concessão de diárias de finais de semana fosse significativo.

Na jurisdição da Superintendência, se opta pelas diárias em finais de semana – quando o trabalho ultrapassa os sete dias – porque a interrupção dos deslocamentos as sexta-feira, com retorno à sede e posterior volta a área de trabalho, provocaria elevação dos custos, no continente, com combustível, desgaste do veículo, etc, e no arquipélago seria inviável pela forma de deslocamento, grandes distâncias e horas de barco - solução de continuidade no trabalho; e colidiria com os hábitos do público alvo, que estão disponíveis para reuniões e contatos comunitários apenas aos finais de semana. O tipo da ação e, por conseguinte, os locais da operação ditam o tamanho do período.

Evidenciamos também a retomada das ações de regularização fundiária das famílias ocupantes de terras pertencentes à União, a fim de conceder-lhes documento de propriedade que os habilite a pleitear crédito agrícola e o licenciamento ambiental de atividades para seu desenvolvimento, bem como a retomada de áreas ocupadas irregularmente em Projetos de Assentamento.

Dentro do quadro de ações do Órgão, algumas não foram executadas na SR, tais como: 0859 – Pagamento de Indenização aos ocupantes das terras demarcadas e tituladas aos remanescentes de quilombos; 4474 - Educação de jovens e adultos no campo e 6952 – Concessão de bolsas de capacitação e formação profissional em assistência técnica, pedagógica e social.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

A missão de gerenciar a Estrutura Fundiária da Superintendência, bem como a necessidade de aprimorar os instrumentos para essa gestão, se dá em meio à vasta dimensão do território do estado do Pará, suas peculiaridades regionais e a ampla complexidade de ocupações que recai sobre esta malha fundiária, revela a magnitude e os desafios postos à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Na esteira das ações de gerenciamento da estrutura fundiária, o ano de 2009 revelou-se de grande relevância. Logo em 11 de fevereiro, por decisão governamental, editou-se a Medida Provisória 458/2009, convertida posteriormente na Lei 11.952/2009, estabelecendo novas bases para a regularização fundiária em terras da União na Amazônia Legal. Para executar o programa foram deslocados técnicos, obrigando-a a fazer ajustes em seus processos e adequá-los a nova realidade.

Em relação às ações de cadastramento de imóveis houve à modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, que passou a emitir certificados pela Internet aprimorando assim os instrumentos de fiscalização e averiguação das informações prestadas. Também foram ministrados vários cursos em vários pólos, capacitando os agentes das Unidades Municipais de Cadastro - UMC's, que visa a melhoria no atendimento aos proprietários de terras e assentados da reforma agrária.

A criação do Programa Brasil Quilombola em 2004, conjuntamente com a institucionalização da política de regularização das áreas de quilombo no INCRA, através dos Decretos presidenciais 4.883 e 4.887, ambos de 20 de novembro de 2003, a ação Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos, passou a ser importante e estratégica dentro do INCRA e conseqüentemente no âmbito da Superintendência que esta preste a titular duas comunidades.

A digitalização do acervo cartográfico em parceria com o Instituto de Terras do Pará - ITERPA que formalizou a contratação de empresa especializada para promover a unificação e a digitalização das bases de dados fundiários do Órgão e do INCRA. A idéia é tornar o Pará o primeiro estado da União a contar com uma base de dados fundiários e cartográficos totalmente digitalizados, abolindo a utilização de mapas em papel, ação que resultará em um acervo de consulta fundiária de alta fidelidade, à disposição dos órgãos fundiários e da população.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

A estratégia de atuação prioritária para obtenção de imóveis para a implantação de projetos de assentamento é a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, instrumento constitucional regulamentado pela Lei 8.629/93, ou em regiões onde não é mais possível encontrar imóveis improdutivos ou passíveis de desapropriação, utiliza-se a opção da aquisição por compra e venda prevista no Decreto nº433/92, e ainda, como alternativa aos dois instrumentos anteriores, a Lei nº 4.132/62, que trata da desapropriação por interesse social, cujo uso pela autarquia ainda é incipiente. Entretanto, a Superintendência vem se utilizando de assentamento de famílias, nas ilhas do arquipélago do Marajó, por meio da criação de projetos agroextrativistas, em parceria com a SPU – Secretaria do Patrimônio da União, bem como nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, em conjunto com o Instituto Chico Mendes de Proteção à Biodiversidade.

Convém registrar a dificuldade em se obter terra no Estado do Pará por meio dos mecanismos convencionais citados anteriormente, em especial na área sob jurisdição da SR (01). A fragilidade documental e de localização geográfica dos imóveis rurais, estimulados pela grilagem de terras, têm criado sérios obstáculos ao cumprimento da finalidade precípua do INCRA contida no Estatuto da Terra, qual seja a de desconcentrar a estrutura fundiária e garantir o efetivo cumprimento da função social da terra. Conforme Estudo produzido pela Comissão Estadual de Combate à grilagem de Terras, instituída pela Portaria TJE nº. 271/2007, ainda existem no Estado do Pará aproximadamente 110 milhões de hectares potencialmente grilados. Exemplifique-se o caso de um imóvel rural de 8.000 hectares, situado no município de Senador José Porfírio e que teve o registro efetuado no Cartório de Registro de Imóveis de Altamira, o qual foi ampliado astronomicamente para 410 milhões de hectares. Felizmente, a pedido da Comissão de Combate à Grilagem, da qual o INCRA é signatário, o registro foi cancelado em 2009 pelo Conselho Nacional de Justiça. Contudo, é necessário que a Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a quem cabe adotar a decisão sobre o cancelamento administrativo dos registros fraudulentos, delibere com a máxima celeridade possível, sob pena da violência no campo, dos crimes ambientais e do trabalho escravo concorram negativamente para consolidar a imagem de um Estado marcado pela impunidade.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Cabe à Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento-D, executar as ações de qualificação dos Projetos de Assentamento, integrando políticas públicas e ações do INCRA para promover o desenvolvimento dos projetos de assentamento, com base nos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental do campo e dos homens e mulheres que ali vivem, em consonância ao II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. A cargo da D estão os Programa 0137: Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária; o Programa 1350: Educação no Campo; e duas ações do Programa 1427: Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar; a saber: Ação 4470 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados e Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.

Os Programas citados acima, com suas respectivas Ações, são de fundamental importância para o início da implantação, estruturação, recuperação e desenvolvimento dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, pois contribuem para o desenvolvimento rural sustentável, com retomada do crescimento econômico, distribuição de renda e para a construção de uma nação soberana. As atividades e serviços disponibilizados pelos Programas possibilitam que os projetos de assentamento se transformem em espaços produtivos de geração de trabalho e renda e de garantia da segurança alimentar, combinando produtos de subsistência com outros voltados à comercialização e ainda, promovendo a introdução de novas culturas e a diversificação da produção e do crescimento da oferta de produtos para o mercado local.

Durante o ano de 2009, esta Divisão empenhou esforços no aprimoramento das parcerias institucionais e dos normativos, visando aprimorar a gestão e melhor atender as necessidades das famílias assentadas respeitando as diferenças regionais, ilhas, Resex, Projetos Agroextrativistas e Projetos de Assentamento convencionais, bem como aos Órgãos de controle e os princípios que regem a administração pública.

Destaque tem que dar dentro desta Divisão à ação de Crédito Instalação que é onde se tem o maior volume de recursos disponibilizados a Reforma Agrária. E este volume de recursos tem provocado fiscalização periódica dos órgãos de controle da União no que diz respeito à sua correta aplicação.

Assim, foram adotadas medidas na contratação, como, elaborar cartilha clara e sucinta explicando o Crédito Instalação para os beneficiários, fornecedores e construtores, implantar cadastro de fornecedores e construtores negativando os inadimplentes, incluir no contrato para construção de habitações de madeira que deverá ser acompanhado da planta e do orçamento, relação da bitola e espécie da madeira a ser utilizada na construção, espécie e a origem da madeira a ser utilizada na construção deverão cumprir rigorosamente as legislações fiscais e ambientais, inclusão de novas benfeitorias nas casas de madeira e alvenaria, obedecerem rigorosamente os condensados na quantidade e marca dos produtos e o fornecedor inadimplente ficará impossibilitado de operar o crédito instalação por período mínimo de 05 anos, etc.

Vale destacar também o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), criada em 2004, e que é desenvolvida em parceria com empresas privadas de assistência técnica, EMATER, via convênios plurianuais e através de contratos.

Dentre as principais vantagens do arranjo institucional descentralizado e da descentralização dos recursos para atendimento das metas e dos objetivos da ação, destaca-se a aproximação da SR e das entidades prestadoras ao público beneficiário e à dinâmica social, econômica, ambiental, cultural local. Isso permite a fundamental participação dos agricultores assentados na sua implementação bem como um acompanhamento pelo órgão mais eficiente procurando atacar todos os aspectos que explicam a exclusão social dos assentados da reforma agrária, o que, em parte, é explicado pela insuficiente base organizacional, o baixo nível de produção e produtividade, a incipiente atuação nos setores secundário e terciário da economia, a ausência de oportunidades de negócios geradores de emprego e renda e investimentos incipientes em infra-estrutura.

Entretanto, o programa encontra muitas dificuldades para encontrar prestadores destes serviços, pois a grande maioria não consegue se adequar aos requisitos do Manual Operacional de ATES, Normas de Execução nº 71 e 72 de 18 de maio de 2008, Resolução CONAMA nº 387 de 27 de dezembro de 2006, Instrução Normativa SLTI / MPOG nº 02 de 30 de abril de 2008 (contratos) e Portaria 127 de 29 de maio de 2008 (convênio).

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

A Divisão de Gestão Administrativa exerce atividades relacionadas com os sistemas federais de orçamento e finanças, de contabilidade, de recursos humanos e materiais e administração de material e patrimônio e serviços gerais, tendo sob sua subordinação os serviços de: Desenvolvimento Humano; Administração e Serviços Gerais; Orçamento e Finanças; e Contabilidade.

Os trabalhos desenvolvidos pela Divisão estão diretamente relacionados às ações de atividade meio, dando suporte, ou melhor, dando condições às demais divisões da Superintendência de desenvolverem as atividades fins do órgão, que beneficiam de uma forma direta as famílias beneficiadas pelo programa de Reforma Agrária do Governo Federal.

Com relação à área de desenvolvimento humano, a Superintendência contou com 274 servidores, dentre ocupantes de cargos efetivos, requisitados, nomeados para o exercício de cargos em comissão, vinculados à Procuradoria Geral Federal, distribuídos entre a Sede e as Unidades Avançadas. Superintendência contou, ainda, com a colaboração, tanto na Sede como nas Unidades Avançadas, de 18 estagiários.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra.

Gerente do programa: Nilton Bezerra Guedes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Divisão de Obtenção

Indicadores ou parâmetros utilizados: Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

² Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP.

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família Assentada	7.000	9.458	0	135,11%!

Fonte: SIPRA - PO/2009/10

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
280.251,00	379.238,33	378.110,53	99,70	325.099,56	85,72%	325.099,56	85,72%

Fonte: PO/2009 e SIAFI

Na ação Cadastro e Seleção de famílias foi estabelecido o assentamento de 7.000 inclusões no Programa de Reforma Agrária, sendo ultrapassado esse quantitativo em 2.458 inserções, representando um incremento de 35,11%.

Os beneficiários do Programa de Reforma Agrária estão localizados nos Territórios da Cidadania do Marajó (80,73%); Território da Cidadania do Nordeste Paraense (9,36%); Reservas Extrativistas, com fundamento na Portaria Interministerial MMA/MDA nº. 13/2008 (7,91%) e em 05 Projetos Estaduais reconhecidos pelo INCRA, em parceria com o Governo do Estado do Pará, situados no Nordeste Paraense (1,88%).

Os problemas enfrentados estão relacionados com a prestação de contas dos deslocamentos ocorridos para as regiões incrustadas nos Territórios da Cidadania do Marajó e Baixo Tocantins em localidades que estão distantes entre 08h às 36h por via fluvial, além da carência de agências bancárias, impossibilitando a utilização do cartão corporativo, vez que o limite de saque diário para pagamento de aluguel de barco, material de consumo, passagens e locomoção, serviço de terceiros, pessoa física e jurídica, é insuficiente e a quitação das despesas que são realizadas em espécie. As parcerias que agregaram valor às atividades de cadastro e seleção de famílias foram firmadas com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e Universidade Federal da Amazônia - UFRA, no que concerne ao levantamento do Capital Social existente no Projeto de Assentamento Abril Vermelho, marco referencial para a construção dos planos de desenvolvimento desse e de novos assentamentos.

Detalhamento:

Cadastro e Seleção de Famílias

Meta estabelecida na Programação Operacional – 2009 para a Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária: 7.000 assentamentos.

Meta realizada = 9.458 famílias assentadas

A Superintendência Regional do Pará – SR01 realizou a seleção e homologação de 9.458 famílias nos projetos com as seguintes características:

1. Conforme o Tipo de Projeto:

- a) Projetos Agroextrativista – PAE (Região das Ilhas) = em 81 projetos a SR assentou 7.636 famílias ribeirinhas;
- b) Em Projetos de Assentamento tradicional – PA = em 19 projetos a SR assentou 886 famílias;

- c) Reserva Extrativista – RESEX (Termo de Cooperação Técnica entre o INCRA e ICMBio) = em 04 Resex's a SR reconheceu – como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - 687 famílias usuárias;
- d) Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS (Portaria Interministerial MMA/MDA nº 13/2008) = em 01 RDS a SR reconheceu 62 famílias usuárias;
- e) Projetos Estaduais – PE (Termo de Cooperação Técnica entre o INCRA e Governo do Estado do Pará – (ITERPA) = em 05 projetos a SR reconheceu 178 famílias.

2. Conforme Território da Cidadania:

- a) Baixo Tocantins = em 47 projetos, realizamos a assentamento de 4.032 famílias;
- b) Marajó = em 39 projetos realizamos o assentamento de 3.741 famílias;
- c) Nordeste Paraense = em 18 projetos – realizamos 607 assentamentos.

3. Conforme o ano de criação do projeto:

- Para o alcance da meta de assentamentos/2009, utilizamos 111 (cento e onze) Projetos, sendo que:
 - a) Em projetos criados em 2009 – assentamos 7.003 famílias;
 - b) Em projetos criados em 2008 – assentamos 1.091 famílias;
 - c) Em projetos criados em 2007 – assentamos 042 famílias;
 - d) Em projetos criados em 2006 – assentamos 422 famílias;
 - e) Em projetos criados em 2005 – assentamos 483 famílias;
 - f) Em projetos criados em 2004 – assentamos 027 famílias;
 - g) Em projetos criados em 2003 e anteriores – 390 famílias.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção.

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Área vistoriada (ha)	480.800	650.551,5752	31.077,9260	135,31%

Fonte: Divisão de Obtenção – PO/09/10

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
448.000,00	758.910,27	758.431,25	99,93%	722.818,01	95,24%	722.818,01	95,27%

Fonte: PO/2009 SIAFI

No ano de 2009 realizou-se vistoria em 650.551,5752 ha, contrapondo aos 480.800ha constantes da PO 2009, significando numa superação de meta em mais de

35%, e iniciamos ainda mais 31 mil hectares que será encerrado em 2010. A execução financeira ficou em aproximadamente 95% da previsão inicial.

A superação da meta física 2009 se deu principalmente pela realização de vistorias em terras públicas localizadas na mesorregião do Marajó (um dos Territórios da Cidadania), por apresentar áreas homogêneas e de grandes dimensões. Naquela mesorregião vistoriou-se aproximadamente 615.000ha.

O principal problema enfrentado durante a execução dos trabalhos se deu devido a inexistência de estabelecimentos comerciais ligados à rede de crédito, dificultando com isso, a utilização de cartões corporativos do Governo Federal, obrigando os técnicos, muitas vezes, a percorrer grandes distâncias para efetuar saques na rede bancária para o pagamento de despesas na execução das vistorias. As terras públicas federais localizadas na Mesorregião do Marajó são de responsabilidade/gerenciadas da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), por força constitucional e em conformidade com a Lei 11.481/2007. Dessa forma para viabilizar a execução das vistorias objetivando a criação de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs), fez-se necessário a construção de um Termo de Cooperação Técnica entre INCRA e SPU.

2.3.1.3 Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Licença Ambiental Protocolada (un)	44	84	0	184,09%

Fonte: Divisão de Obtenção - Serviço de Meio Ambiente – PO/2009/10

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
708.263,00	696.691,28	690.265,49	99,07%	663.523,89	95,24%	663.523,89	95,24

Fonte: PO/2009 SIAFI:

Na meta estabelecida de 44 licenças protocoladas, houve um incremento de

190%, chegando a 84 licenças protocoladas, sendo: 81 licenças de instalação e operação e 03 licenças prévias.

Concernente a licenças expedidas pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente - OEMA a Superintendência Regional do Pará - SR-01 obteve 29 na seguinte forma: 02 licenças prévias e 27 licenças de instalação e operação com uma evolução de 580% comparado com o ano de 2008.

O resultado obtido somente foi possível alcançar em face ao conjunto de quatro fatores: 1) recursos humanos agregados de outras instituições como EMBRAPA e Secretaria de Estado de Meio Ambiente; 2) disponibilização de recursos financeiros de acordo com o cronograma estabelecido, tais como: diárias, material de consumo e passagens e locomoção; 3) máquinas e equipamentos disponibilizados para consecução das atividades de licenciamento ambiental, tais como: notebook, GPS, máquina fotográfica digital, voadeira, barco e veículos; e 4) planejamento gerencial que colocou o INCRA na condição de parceiro e co-partícipe nas atividades que envolveram EMBRAPA, SEMA/PA, Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, Sindicatos, Associações, Prefeituras, especialmente as de Bagre e São Sebastião da Boa Vista, situados no Território da Cidadania do Arquipélago do Marajó, envolvendo 16.160 (dezesesseis mil cento e sessenta) famílias.

Os problemas encontrados na ação específica são da seguinte ordem:

1) Critérios iguais para situações singulares no caso das prestações de contas dos suprimentos de fundos utilizados nos deslocamentos ao Arquipélago do Marajó, cujas distâncias de Belém possuem o mínimo de 08h e o máximo de 36h somente para chegar ao local do trabalho a ser realizado, além do percurso no interior de rios e furos em localidades que não possuem agência bancária, criam problemas de toda ordem, vez que não tem como utilizar-se o cartão corporativo;

2) O Governo Federal incluiu socioeconomicamente populações tradicionais marginalizadas ao longo do tempo, via criação de projetos agroextrativistas, quebrando dessa maneira um sistema de parceria secular com matiz feudal e viés escravista conhecido como “Sistema de Inquilinato” (SILVA, 2009). A ação dos órgãos governamentais alterou a estrutura fundiária nos Territórios da Cidadania, do Marajó e Baixo Tocantins gerando uma contradição entre o poder político estabelecido, na maioria ligado a velhas oligarquias, e os movimentos sociais, culminado com a recusa das municipalidades em declarar que os empreendimentos instalados na região estão de acordo com a lei de uso e ocupação, levando o processo de licenciamento ambiental a

sofrer solução de continuidade;

3) Os projetos de assentamento criados entre 2004 e 2007 possuem como característica ancianidade superior a 05 anos, diverso da ocupação da terra na maior parte do Brasil, sendo incoerente tecnicamente solicitar licença prévia para um imóvel ocupado há vários anos; a licença de instalação e operação seria o instrumento adequado. Como o desenvolvimento dos projetos de assentamento é uma atividade dinâmica e não pode e nem deve sofrer solução de continuidade pelo nível de pauperização existente os recursos orçamentário-financeiros são disponibilizados às famílias beneficiárias do Programa de Reforma Agrária, mas cuja aplicação é condicionada ao licenciamento ambiental. No caso dos projetos criados no horizonte temporal mencionado anteriormente a Resolução CONAMA 387/2006, no Art. 6º define o seguinte:

“O órgão ambiental competente, em caráter excepcional, quando solicitado pelo órgão executor do Projeto de Assentamentos de Reforma Agrária, poderá expedir autorização para supressão de vegetação ou uso alternativo de solo para fins de produção agrícola de subsistência e implantação de infraestrutura mínima essencial a sobrevivência das famílias assentadas, anteriormente à concessão da LIO, em área restrita e previamente identificadas observadas as restrições da legislação ambiental vigente.”

Como a elaboração do plano de desenvolvimento do assentamento – PDA já está em curso ou programado para 2010, a fim de que seja solicitada a licença de instalação e operação diretamente, o órgão ambiental entende diferente e os processos com os pedidos de autorização ficam sobrestados impedindo a execução orçamentária. Esgotadas todas as justificativas só resta solicitar a licença prévia dos projetos nessa situação para equacionar o problema.

As parcerias mais significativas e viabilizadoras do processo de licenciamento ocorreram na construção dos planos de utilização dos recursos naturais e nas vistorias do órgão ambiental, a fim de que fossem confrontadas as informações encaminhadas pelo INCRA no momento da solicitação da licença de instalação e operação. As ações envolveram 07 profissionais, sendo um pesquisador da EMBRAPA, engenheiro agrônomo, e seis técnicos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, sendo 03 Engenheiros Florestais, 01 engenheira sanitária, 01 socióloga e 01 engenheiro agrônomo, resultando em 51 planos elaborados e publicados no Diário Oficial da União e 51 vistorias realizadas.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Área obtida (ha)	8.024	0	0	0%

Fonte: PO/09/10

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (h=g/b)
1.192.876,370	0	0	0	0	0!	0	0!

Fonte: PO/2009 – SIAFI

Não foi possível atingir a meta física estabelecida na Programação Operacional, e como já citamos na introdução do presente relatório isso se deve a dificuldade em se obter terra no Estado do Pará por meio dos mecanismos convencionais, em especial na área sob jurisdição da SR (01), porém houve o pagamento de TDA e Benfeitorias de áreas desapropriadas em anos anteriores no valor de R\$1.830.607,30, pagamento este efetuado pela sede em Brasília. A fragilidade documental e de localização geográfica dos imóveis rurais, estimulados pela grilagem

de terras, têm criado sérios obstáculos ao cumprimento da finalidade precípua do INCRA contida no Estatuto da Terra, qual seja a de desconcentrar a estrutura fundiária e garantir o efetivo cumprimento da função social da terra. Conforme Estudo produzido pela Comissão Estadual de Combate à grilagem de Terras, instituída pela Portaria TJE nº. 271/2007, ainda existem no Estado do Pará aproximadamente 110 milhões de hectares potencialmente grilados. Exemplifique-se o caso de um imóvel rural de 8.000 hectares, situado no município de Senador José Porfírio e que teve o registro efetuado no Cartório de Registro de Imóveis de Altamira, o qual foi ampliado astronômicamente para 410 milhões de hectares. Felizmente, a pedido da Comissão de Combate à Grilagem, da qual o INCRA é signatário, o registro foi cancelado em 2009 pelo Conselho Nacional de Justiça. Contudo, é necessário que a Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a quem cabe adotar a decisão sobre o cancelamento administrativo dos registros fraudulentos, delibere com a máxima celeridade possível, sob pena da violência no campo, dos crimes ambientais e do trabalho escravo concorram negativamente para consolidar a imagem de um Estado marcado pela impunidade.

A obtenção de imóveis rurais quer pela desapropriação, quer pela aquisição, deve continuar compondo o planejamento estratégico da Superintendência Regional, contudo, adotando-se o máximo rigor na necessidade de comprovação da função social da terra, do destacamento do domínio do poder público para o particular e na localização geográfica precisa dos imóveis rurais ofertados, visando assim continuar a se proteger o erário público de interesses escusos.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: PO/2009 Nada consta

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
20.958,00	157.537,31	157.400,66	99,91%	133.339,10	84,64%	133.339,10	84,64%

Fonte: PO/09 E SIAFI

O programa 0135 - Assentamento Sustentável para Trabalhadores Rurais tem como objetivo promover a democratização do acesso a terra, por meio de ações que garantam a segurança alimentar e a geração de emprego e renda aos trabalhadores rurais sem terra, por meio de ações que envolvem atividades com o propósito de viabilizar vistorias e avaliação de áreas, edição e publicação de decretos desapropriatórios, compras de terras, criação de projetos de assentamentos, cadastramento e seleção de famílias para assentamento, concessão de crédito para dar condições de subsistência às famílias na etapa inicial do assentamento;

Os recursos inseridos no GAP visam atendimento às ações administrativas do Programa 135 como, pagamento de diárias, passagens, publicações, suprimento de fundos que não estejam ligadas diretamente a cada uma das ações compreendidas no Programa e/ou àquelas que envolvam mais de uma ação.

.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Divisão de Desenvolvimento

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo³

³ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família atendida	3.658	0	11.129	0%

Fonte: Divisão de Desenvolvimento (Convênios e Licitações) – PO/09/10

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
20.120.225,00	24.756.340,58	24.756.340,58	100%	24.756.340,58	100%	0	0%

Fonte: PO/2009 e SIAFI

A execução física verificada com recursos exclusivamente do exercício de 2009 ressalta o fato de boa parte das obras e serviços relativos a 2009 terem sido

contratados, em sua grande maioria, ao final do segundo semestre e estarem, neste momento, em plena fase de execução, e que serão concluídas em 2010. Os resultados não refletem a desproporcionalidade entre os recursos orçamentários disponíveis no exercício e a necessidade de infraestrutura básica nos Projetos de Assentamento (PA), Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) e as reservas extrativistas (RESEX).

As obras de infraestrutura básica são fundamentais para o escoamento da produção dos beneficiários e usuários, bem como para melhoria da qualidade de vida daquelas populações.

Sem olvidar os projetos ditos tradicionais, convém realçar os Projetos de Assentamento Agroextrativistas e as Reservas Extrativistas, que tem como substrato, respectivamente, as ilhas fluviais e a costa do estado do Pará.

A integração daquelas famílias ao PNRA e, logicamente, às cadeias produtivas regionais resultará nos crescimentos da produção e da produtividade e, conseqüentemente no seu desenvolvimento sócio-econômico.

A disponibilidade de infra-estrutura básica às ilhas e às reservas extrativistas se constitui um desafio para que o desenvolvimento local se manifeste de modo efetivo, pois os municípios onde elas estão situadas, não apresentam autonomia financeira suficiente para implantar tais empreendimentos devido a sua arrecadação ser inversamente proporcional à demanda.

Naqueles meios, a situação é muito crítica, uma vez que as restrições impostas pela inexistência de serviços públicos básicos acabam por inviabilizar o desenvolvimento de atividades que poderiam contribuir para aumentar a renda dessas famílias.

Relativamente às reservas extrativistas, com a inclusão daquelas famílias no programa de Reforma Agrária por via de conseqüência, vislumbra-se a possibilidade de acesso aos demais programas do Governo Federal, em relevo a infra-estrutura.

No que trata das ilhas, a implantação dos projetos agro-extrativista será realizada sem alterar a convivência harmoniosa das famílias com aquele ecossistema, desde que haja um adequado uso e manejo de seus recursos naturais e, para tanto há a necessidade de recursos institucionais, em destaque, a infra-estrutura básica, alicerce da presente proposição.

A implantação de infra-estrutura (MSAA - Micro Sistema de Abastecimento d'água, META - Micro Estação de Tratamento d'água e Trapiçe) nas ilhas e nas reservas extrativistas, é uma necessidade premente, uma vez que as famílias que

ocupam essas áreas constituem comunidades, até então, excluídas das ações do poder público.

Diante disso, o passivo de infraestrutura básica do público alvo da SR01 (assentados dos projetos tradicionais, ribeirinhos e usuários das reservas extrativistas), pela sua diversidade, requer um aporte, pelo menos à altura de sua capacidade operacional.

Através de convênios com prefeituras a SR01 atingiu 465,36 km de recuperação/construção de estradas vicinais e de penetração, a implantação de 03 MSSA, 40 META e 01 Ponte, bem como via contratos foram 161,25 km de estradas 02 MSSA, ou seja, 562 km de estradas, 05 MSSA, 40 META. E 01 Ponte, que serão executados no ano de 2010 e que ira atender 11.129 famílias.

Para uma Unidade Jurisdicionada que é responsável por um público diversificado e com mais de 79.317 famílias, o atendimento de 11.209 famílias com infraestrutura básica representa apenas 14% do público alvo, mesmo tendo atingido 204, 24% acima do programado (meta física 2009 e o que foi contratado e conveniado para execução 2010).

Assim, por um lado, a desproporcionalidade alarmante entre o passivo existente acrescido anualmente de novas frentes e os recursos orçamentários disponibilizados a esta UJ, destaca-se também, extemporaneidade na descentralização, considerando, dentre outros, o clima da região que só permite a execução de obras no período que vai de junho a dezembro que é o período chamado de estiagem.

Por outro lado, os impedimentos legais que as prefeituras, na maioria, enfrentam por conta das características de suas administrações, também refletem negativamente na execução da ação por essa via, tendo em vista que as inadimplências detectadas inviabilizam a celebração das avenças em tempo hábil para suas execuções com temporaneidade.

É relevante mencionar, também, que somente quem tem desconhecimento ou conhecimento imperfeito, pode abstrair e/ou menosprezar a ingerência da variável político-partidária que não provoca espasmo nos procedimentos, causando sem dúvida o prejudicial efeito paralisante.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família Atendida	5.889	0	1.389	0%

Fonte: Divisão de Desenvolvimento – PO/2009/10

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
3.078.792,00	534.862,00	534.855,30	99,99%	154.887,30	28,96%	154.887,30	28,96%

Fonte: PO/2009 e SIAFI

Os resultados alcançados dentro do exercício foram bem abaixo do que estava projetado como meta para 2009, porém devemos destacar que esta ação foi trabalhada no que restou de 2008 atendendo 8.615 famílias em 42 Projetos de Assentamento. Esse percentual se explica pelas características dos Projetos de assentamento desta UJ, ou seja, são projetos oriundos de áreas ocupadas e havidas por desapropriação que necessitam de nova organização territorial que tem como destaque a preservação ambiental (reserva legal e áreas de preservação permanente) aliada ao cumprimento da legislação que trata do georreferenciamento de perímetro e de parcelas que refletem na elaboração dos projetos básicos.

Mesmo assim, os óbices estão sendo superados e até o final deste trimestre o restante da meta programada para 2009 será executado e assim como a meta da Programação Operacional 2010, será cumprida neste exercício.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	691	A	4	Família beneficiada	0	2.180	2.180	0

Fonte: Divisão de Desenvolvimento – PO/2009/10

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	174.729,31	174.729,31	100%	0	0%	0	0%

Fonte: PO/2009 e SIAFI

O Projeto em questão, resultado do Convênio formalizado com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – Emater-Pará, tem por objeto a implantação, na sede do município de Ipixuna do Pará, de uma agroindústria para o beneficiamento de 1.000 kg/dia de castanha de caju e produção de 200 kg/dia de doce de frutas regionais, além da capacitação dos beneficiários na gestão e administração do negócio. Conforme dados obtidos junto ao IBGE (www.ibge.gov.br), a produção de castanha de caju no município de Ipixuna do Pará, no ano de 2008, foi de 994 t, com valor da produção de 845 mil reais, ou seja, o preço médio ao produtor foi R\$ 0,85/kg de castanha de caju “in natura”. Com a implantação dessa agroindústria, espera-se agregar valor ao produto, com o conseqüente aumento a renda dos beneficiários da Reforma Agrária que residem naquele município e no seu entorno, totalizando 2.180 famílias, conforme o quadro a seguir.

N.º Ordem	Projeto de Assentamento	N.º de famílias a beneficiar	Distância a sede municipal (km)
1	Água Azul	70	48
2	Bacabal	13	35
3	Barcelona	34	32
4	Bom Jesus	50	18
5	Candiru	198	30
6	Del Rey	118	40
7	Diamantina II	65	115
8	Enalco	390	20
9	Imperassu	70	34
10	João Batista	75	16
11	Mandacaru	107	50
12	Minas Pará	288	40
13	Paranoá	397	60
14	Progresso	55	35
15	União	250	20
Total		2.180	- x -

Fonte: Projeto da Agroindústria de Caju

Embora prevista para o final de 2009, a implantação do projeto não ocorreu.

Não foram realizadas as obra, aquisições de máquinas, materiais e equipamentos, através do competente processo licitatório, em decorrência do aumento de custos ocorridos entre a fase de elaboração, em 2007 e 2009, conforme manifestação da Emater. Em função disso a **conveniente** ingressou com pedido de aditivo de valor e prazo. Após análise e aprovação do pleito, os recursos adicionais foram solicitados e liberados pelo INCRA/Sede no início de dezembro/2009, viabilizando a pactuação do aditivo de R\$174.729,31 e prorrogação Convênio até 30 de dezembro de 2010. Outro aspecto importante a ser considerado é a não liberação da licença ambiental por parte da Secretaria Estadual de Meio Ambiente à Emater para instalação da Agroindústria, o que inviabiliza o início das obras, vez que a Empresa de Assistência Técnica não pode operar a margem da lei, cometendo um ilícito ambiental.

A Emater, desde o início de 2010, vem realizando encontros técnicos com a Sema no intuito de agilizar o processo de licenciamento ambiental do empreendimento. Espera-se brevemente a expedição da licença ambiental e a conclusão do Projeto até o final de 2010. A seguir estão apresentados quadros demonstrativos dos recursos já transferidos e a transferir à Emater-Pará, vinculados à ação:

Projeto: AGROINDÚSTRIA COMUNITÁRIA: Reforma Agrária com Qualidade de Vida

Objeto: Implantação de uma agroindústria de beneficiamento de castanha de caju e de produção de doces de frutas regionais, com capacidade para o processamento de 1.000 kg/dia de castanha de caju e 200 kg/dia de doce de frutas, envolvendo cerca de 2.180 famílias assentadas em projetos de assentamento assistidos pelo INCRA/PA, no município de Ipixuna do Pará/PA.

Termo Aditivo N.º 18002/2009

DISCRIMINAÇÃO (Orçamento inicial)	INICIAL		
	EMATER	INCRA	TOTAL
TOTAL	R\$ 77.657,47	R\$ 698.917,25	R\$ 776.574,72

DISCRIMINAÇÃO (Valor liberado – 1ª Parcela)	LIBERADO		
	EMATER	INCRA	TOTAL
TOTAL	R\$ 17.962,71	R\$ 364.999,21	R\$ 382.961,92

DISCRIMINAÇÃO (Orçamento - aditivo)	ADITIVO		
	EMATER	INCRA	TOTAL
TOTAL	R\$ 97.071,84	R\$ 873.646,56	R\$ 970.718,40

VALOR DO ADITIVO - INCRA	R\$ 174.729,31
---------------------------------	-----------------------

PREVISÃO PARA LIBERAÇÃO DE RECURSOS PELO INCRA EM 2010	R\$ 508.647,35
---	-----------------------

Observação: Esses recursos foram inscritos em restos a pagar de 2009 para 2010.

A ação “Terra Sol” tem uma importância formidável no desenvolvimento Sustentável dos Projetos de Assentamento, porém dos números apresentados, extrai-se que da meta programada nada foi fisicamente executado.

A dificuldade em realizar a transferência de recursos para a implementação desta ação nesta UJ, é assustadora, pois os possíveis beneficiários da ação nos PA da SR01 têm como características principais, dentre outras, baixo nível educacional embrionária organização social e incipiente organização da produção.

Tais características aliadas aos impedimentos legais que tolhem as organizações representativas, à burocracia paralisante das instituições governamentais, bem como as exigências inalcançáveis ao público alvo, conduziram à pífia execução do “Terra Sol” no exercício de 2009.

Considerando as gestões e os atos praticados em 2009, certamente os mesmos produzirão os resultados almejados atendendo através desta ação 2.180 famílias em um só município (Ipixuna do Pará) onde o SR01 tem 16 Projetos de Assentamento, cuja produção de caju até então vem tendo dois destinos: perda da safra por falta de comercialização e/ou os preços aviltados dos atravessadores.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Documento de Titulação Expedido (um)	367	418	0	113,9%

Fonte: Divisão de desenvolvimento – PO/2009/10

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
53.200,00	51.447,19	51.447,19	100%	51.447,19	100%	51.447,19	100%

Fonte: PO/2009 e SIAFI

Os resultados foram bons, mas poderiam ter sido melhores, haja vista que a meta estabelecida na Programação Operacional 2009, foi reduzida pelo INCRA/Sede, com a correspondente redução dos recursos orçamentários.

Destaca-se que o georreferenciamento dos perímetros e das parcelas dos projetos de assentamento (vide ação específica) até então se constituía um óbice, porém o mesmo já está superado restando poucos projetos com carência de atendimento de demarcação topográfica.

A proposta de 2010 de emitir 1.303 documentos, representa a capacidade operacional da UJ e esse número poderá ser ultrapassado, principalmente levando em conta a necessidade de consolidação e emancipação de projetos onde esta ação além de ser um pré-requisito imprescindível ela assume um papel preponderante na referida ação com a expedição de títulos de domínio.

É importante e oportuno destacar, que na UJ executa-se a “Retomada de Áreas Ocupadas Irregularmente em Projetos de Assentamento”, administrativamente com bons resultados.

Aqui, vale registrar, não se trata de áreas da União Federal, obtidas através de discriminação/arrecadação, e sim, áreas desapropriada por interesse social e destinada à Reforma Agrária, ocupadas irregularmente por não beneficiários do PNRA, que descaracterizam os Projetos de Assentamento por meio da compra ilegal que provocam a aglutinação de lotes.

Contudo, essas operações implicam em custo maior por unidade familiar atendida que o valor previsto para titulação onde a mesma está embutida. Tal situação tem provocado insuficiência de recursos uma vez que os programados para “Titulação” são insuficientes para suportar operações dessa envergadura.

Apesar disso, tal prática tem contribuído sobremaneira para moralizar os assentamento e diminuir a tensão nas relações no campo, tendo em vista que as áreas retomadas administrativamente estão sendo utilizada para desmontar acampamento de trabalhadores rurais sem terras, remanejamento de intrusos de terras indígenas, diminuição significativa de agregados, absorção de filhos de assentados, dentre outros.

A necessidade de recursos específicos e em volume suficiente, considerando a importância e os resultados dessas operações, se impõe no âmbito da UJ.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrados em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infraestrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	P	4	Projeto Consolidado (un)	0	0	0	0

Fonte: PO/2009/10

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

A consolidação e emancipação de Projeto de Assentamento de reforma Agrária apresentam nesta UJ, características diferenciadas, uma vez que na mesma existem projetos criados nas décadas de 1980 e 1990, portanto projetos longevos que se constituem em acervos portadores de passivos da maioria dos programas/ações a requerer uma inadiável definição.

A operacionalização desta ação somente se dá após a aprovação de Plano de Trabalho elaborado e aprovado na UJ e encaminhado ao INCRA/Sede, sendo que ali estão centralizados os recursos pertinentes.

Dentre os problemas incidentes nesta ação, destaca-se a complementação da infraestrutura básica, evasão e venda irregular de lotes, fatores impeditivos às condições necessárias para a consolidação e, conseqüente emancipação.

Ressalte-se, que o Plano de Trabalho foi remetido ao INCRA/Sede no terceiro trimestre de 2009 e, somente obteve-se resposta acerca do mesmo em fevereiro de 2010.

Foi programada a atuação em 16 Projetos de Assentamento e capacidade de 4.156 famílias, situados em 12 doze municípios da SR01.

Trata-se, como já foi dito, de projetos criados nas décadas de 1980 e 1990, e aqueles que atualmente estão situados nas áreas periféricas dos distritos sedes dos municípios de suas localizações.

Portanto, a operacionalização desta ação que estava programada para iniciar no quarto trimestre de 2009, se dará nos exercícios de 2010 e 2011.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridad e (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentua l da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Unidade familiar de produção atendida (un.)	271	0	189	0%

Fonte: Divisão de Obtenção/Desenvolvimento – Serviço de Meio Ambiente – PO/2009/10

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
271.475,00	431.629,79	431.629,79	100%	8.064,32	1,87%	8.064,32	1,87%

Fonte: PO/2009 e SIAFI

A programação de 2009 da ação Manejo de Recursos Naturais nos Projetos de Assentamento da SR01 constou de 10 projetos atendendo 271 famílias e os resultados que atingiram cerca de 70% da meta programada serão obtidos em 2010.

Foram objeto desta ação, principalmente, os projetos ditos tradicionais, ou seja, os mais antigos e oriundos de obtenção via desapropriação, em cujos substratos existiram projetos objeto de incentivos fiscais e que foram alvo de ocupação por agricultores sem terra nas décadas de 1980 e 1990, agricultores esses desprovidos de qualquer preocupação com a preservação ambiental.

Os trabalhos nos referidos Projetos iniciaram-se com a participação do INCRA (setores de Meio Ambiente e ATES), prestadoras de ATES, haja vista que as experiências de firmar avenças com algumas instituições se revelaram negativa por ser pouco produtiva.

Acredita-se que um dos entraves na consecução desta ação, recursos humanos, a mesma deverá produzir os resultados programados e almejados no presente exercício.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
		A	?	Família atendida (un.)	8.871	4.122	6.666	46,47%

Fonte: Divisão de Desenvolvimento – PO/2009/10 e SIAFI

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
100.244.699,00	111.847.100,00	110.689.500,00	98,97%	25.367.600,00	22,68%	25.367.600,00	22,68%

Fonte: PO/2009 e SIAFI

Os resultados obtidos na PO/09 foram baixos, porém foram atendidas 6.035 famílias com crédito apoio e habitação, e 607 com complementação de crédito de orçamento dos anos anteriores que só foi possível executar em 2009. No ano de 2009, além das 4.122 famílias atendidas com crédito habitação e apoio, atendemos também

1.056 famílias com complementação de valores e ainda teremos que atender em 2010 mais 6.903 famílias. Isso ocorre devido alteração de valor no pagamento do crédito habitação e apoio, e o lapso de tempo para concluir o processo.

O programa de crédito instalação é um dos principais instrumentos da reforma agrária e a principal reivindicação dos assentados após o assentamento. Além disso, o formidável volume de recursos aplicados conduz ao entendimento da importância para a SR-01 da aplicação eficiente e o controle efetivo desse programa.

A criação cada vez crescente de novos assentamentos implica no crescimento diretamente proporcional da necessidade/ansiedade dos trabalhadores em obterem o crédito instalação e posteriormente os créditos bancários.

Apesar disso, não existe por parte dos movimentos sociais a preocupação em capacitar as pessoas que compõem a direção das associações ou das comissões, tendo em vista o nível educacional dessas pessoas, visando o gerenciamento desses recursos de forma democrática, coletiva e transparente.

Essa providência, tanto por parte dessas entidades como INCRA, tendo em vista o nível educacional dos beneficiários, é uma necessidade inadiável considerando que acrescentamos mais 7.000 famílias ao nosso público. Assim, através de um processo educativo realizaremos o gerenciamento desses recursos de forma democrática, coletiva e transparente.

Não é excessivo destacar, a existência de componentes de comissões que não sabem, dentre outras coisas, o que significa um PA, PAE ou reconhecimento de RESEX, fazer ata de assembléia, quem são os beneficiários, etc., demonstrando total incapacidade de gestão e vulnerabilidade total a qualquer ação de inescrupulosa.

Torna-se necessário a disponibilidade de recursos financeiros, humanos e materiais, tanto na contratação como no acompanhamento da execução física, para que possamos ter segurança no momento de recomendar a liberação do crédito apoio ou parcelas do crédito habitação e, sobretudo, na fiscalização.

O quadro até então existente conduziu à mudança no gerenciamento/gestão da comissão de crédito, para que as normas fossem realmente observadas.

Diante dos milhares de novos beneficiários, houve a necessidade de reforçar a comissão de crédito, com a inclusão de novos membros e de adotar outra forma de gerenciamento/gestão.

A nova forma de atuação na concessão de Crédito Instalação se deu nos Projetos de Assentamento Agro-extrativista, que têm como substrato as ilhas.

Nas ilhas, a concessão do Crédito Instalação é efetuada após aprovação do Plano de Utilização, discutido com a participação de instituições ligadas ao assunto, juntamente com os beneficiários do programa acerca das atividades que estão sendo e serão desenvolvidas, sobre o uso e manejo dos recursos naturais ali existentes, uma vez que as famílias que ocupam essas ilhas constituem comunidades que convivem há muito tempo harmoniosamente com aqueles ecossistemas.

As mudanças visaram o estabelecimento de diretrizes acerca da recepção das demandas, eleição tempestiva das prioridades, levantamento de dados, confecção de condensado, capacitação dos beneficiários, fiscalização das aplicações. O programa de crédito instalação além de ser um dos principais instrumentos da reforma agrária é a primeira e a principal reivindicação dos assentados após a criação do assentamento.

Por outro lado, constantemente recebemos denúncia de créditos pagos e/ou não entregues, questionamentos esses feitos junto ao MPF, CGU, o que demonstra claramente a necessidade de serem redobrados os cuidados para a correta aplicação dos créditos.

O grande volume de recursos orçamentários disponíveis em todo exercício financeiro para o crédito implantação, tem provocado fiscalização periódica dos órgãos de controle da União no que diz respeito à sua correta aplicação.

Assim, foram adotadas medidas na contratação, como, elaborar cartilha clara e sucinta explicando o Crédito Instalação para os beneficiários, fornecedores e construtores, implantar cadastro de fornecedores e construtores negativando os inadimplentes, incluir no contrato para construção de habitações de madeira deverá ser acompanhado da planta e do orçamento, relação da bitola e espécie da madeira a ser utilizada na construção, espécie e a origem da madeira a ser utilizada na construção deverão cumprir rigorosamente as legislações fiscais e ambientais, inclusão de novas benfeitorias nas casas de madeira e alvenaria, obedecerem rigorosamente os condensados na quantidade e marca dos produtos e o fornecedor inadimplente ficará impossibilitado de operar o crédito instalação por período mínimo de 05 anos.

Na liberação, adotou-se, obedecer rigorosamente o condensado, na quantidade e marca dos produtos, pagamento do crédito fomento só será realizado após a entrega dos produtos à associação, devidamente comprovada por qualquer membro da comissão de crédito, o pagamento do crédito habitação será 4 em parcelas e mediante fiscalização de qualquer membro da comissão de crédito, a liberação das parcelas do crédito habitação dar-se-á com apresentação de certidões negativas da Receita Federal e INSS,e

com apresentação de fotos da casa com o proprietário à frente, liberação do pagamento do crédito instalação necessita imprescindivelmente da aprovação do assegurado responsável pelo PA, PAE e RESEX, Notas Fiscais dos produtos deverão ser atestadas e visadas pelo assegurado da área e outro membro da Comissão de Crédito.

Nas fiscalizações é adotado o sistema de rodízio entre os membros da Comissão de Crédito, não ocorrendo a fiscalização do INCRA no prazo de 15 dias após a entrega dos produtos, o pagamento poderá ser liberado mediante declaração de recebimento dos membros da associação ou comissão, registrada em cartório e entregue ao INCRA.

Vale destacar dentre as dificuldades de operacionalização e o atraso no cumprimento da meta, a disponibilização de financeiro, que nestes dois últimos anos devido à crise econômica, não atendeu ou não foi compatível com o orçamento liberado, fazendo com que a SR não tenha conseguido liquidar empenhos dentro do exercício. Outra questão relevante é a ambiental, pois só poderá ser liberada a construção de casas depois do licenciamento pelo órgão competente, o que não ocorre dentro de uma rotina normal.

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividade-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: PPA 2008-2011

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
974.935,00	1.135.008,25	1.126.601,67	99,30%	1.117.693,83	98,47%	1.117.693,83	98,47%

Fonte: PO/2009 e SIAFI

A Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento da SR01 tem sob sua responsabilidade as ações de concessão do crédito instalação, assistência técnica, social e ambiental, projetos básico ambiental, plano de desenvolvimento e de recuperação dos assentamentos, infra-estrutura básica, educação no campo, Pronaf, medição e demarcação de perímetro e parcelas, titulação às famílias assentadas, apoio à agroindústria e retomada de áreas ocupadas irregularmente.

A medição e demarcação de perímetro e parcelas são de responsabilidade da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, porém os recursos necessários à fiscalização desses serviços não são disponibilizados na medida, pelo menos, compatível com as demandas.

Sabendo, principalmente, que a base dos dados que alicerçou a obtenção dos imóveis tem origem em tecnologia ultrapassada que gera conflitos com confrontantes e a prática de certas ações fora do local geograficamente considerado, a exigir a presença de servidores para dirimir, equacionar e/ou solucionar dúvidas.

A concessão de Crédito Instalação nos Projetos de Assentamento Agroextrativista, que têm como substrato as ilhas (essa inclusão visa fazer com que essas pessoas sejam realmente cidadãs e deixem de ser refugo humano) e nas reservas extrativistas, situadas costa do estado do Pará, incluiu neste programa mais de uma centena de milhar de novas famílias de beneficiários e, além disso, o formidável volume de recursos aplicados conduz a o entendimento da importância para a SR-01 da aplicação eficiente e o controle rigoroso desse programa.

A criação cada vez mais crescente de novos assentamentos nas ilhas e o reconhecimento de reservas extrativistas implicam no crescimento diretamente proporcional da necessidade/ansiedade dos trabalhadores em obterem o crédito instalação.

Destaca-se que essa mudança de foco trouxe embutida uma nova forma de atuação no que se trata de transporte, pousada, carências de instituições bancárias, períodos de deslocamento, baixo nível educacional dos beneficiários e a embrionária organização social.

Isto requer a disponibilidade de recursos financeiros, tanto na contratação como no acompanhamento da execução física na liberação do crédito apoio ou parcelas do crédito habitação e, sobretudo, na fiscalização.

Constantemente respondemos questionamentos feitos junto ao MPF e CGU, sobre o crédito instalação, demonstrando, claramente, a necessidade de ser imprescindível a presença das equipes da UJ nos projetos para que ocorra a correta aplicação dos créditos.

Assim também ocorre na área de infraestrutura e assistência técnica, tanto nos levantamentos das necessidades de dados para elaboração de projetos básicos e na posterior fiscalização os recursos orçamentário-financeiros postos à disposição dos gestores são, na prática, inversamente proporcionais à demanda dessas ações do programa e suas liberações ocorrem de forma extemporânea, prejudicando a seqüência das operações gerando morosidade nas mesmas e desarmonia com demanda dos movimentos sociais.

Desejável seria que em face da diversidade e da peculiaridade da região, o tratamento fosse diferenciado no tocante às liberações, ou seja, em valores à altura das nossas obrigações e em tempo compatível com as nossas características.

Urgem, portanto, gestões junto à Administração Central da Autarquia, vez que está comprovado o descompasso formidável existente entre a disponibilidade de recursos e os compromissos assumidos por esta Superintendência Regional.

As ações são executadas por uma comissão composta pelos técnicos, designada para efetuar a supervisão ocupacional, retomada administrativa de parcelas ocupadas irregularmente e assentamento de trabalhadores rurais sem terra, nos Projetos de Assentamento e antecedidas de um levantamento sócio-econômico combinado com ampla divulgação dos trabalhos a serem realizados, e do trabalho de reconhecimento dos projetos eleitos para serem trabalhados.

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária e Programa Terra Amazônia Legal

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

⁴ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização); b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais; c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país; d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho; e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE; f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	125	A	3	Imóvel Gerenciado	10.759	1.606	0	14,93%

Fonte: Divisão de Ordenamento/SNCR – PO/09/10

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
96.830,00	147.464,68	147.168,29	99,79%	145.668,29	98,78%	145.668,29	98,78%

Fonte: PO/2009 e SIAFI

A ação de gerenciamento e fiscalização do Cadastro Rural tem como finalidade principal melhor conhecer a estrutura fundiária da região que para isso utiliza o Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, que permite o gerenciamento, o controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural, identificação daqueles passíveis de reforma agrária e a fiscalização do cumprimento da função social do imóvel, além do controle de aquisição de terras por estrangeiros.

O processamento e análise dos formulários cadastrais são recepcionados na Superintendência Regional, Unidade Avançada, no interior e nas Unidades Municipais de Cadastro – UMC's nas prefeituras. Dos 78 municípios jurisdicionados a SR01 em 2009, foram firmados/renovados Termo de Cooperação Técnica com 55 e destes aproximadamente 05 desenvolvem as ações de recepção, análise e atualização dos imóveis rurais abaixo de 04 módulos fiscais.

A Divisão dispõe em seu quadro de pessoal de 12 servidores para recepção, análise, fiscalização e atualização cadastral no sistema, além de promover a capacitação e supervisão das Unidades Municipais de Cadastro - UMC's, e vistorias de fiscalização de imóveis em campo.

A força de trabalho diminuta, não permite alcançar melhores resultados, e isto só deve melhorar com a contratação de novos servidores através de concurso público. As UMC's deveriam recepcionar maior quantidade de formulários de cadastramento, porém, das que possuem Termo de Cooperação Técnica com a Superintendência, apenas 05 atuam de forma plena, as demais, não possuem apoio das prefeituras com infra-estrutura (sala, computador, internet) ou recursos humanos.

A meta estipulada na Programação Operacional de 2009 de 10.759 atualizações não condiz com o histórico de imóveis gerenciados pela SR01, valor este superestimado para a realidade da região, que é definida pela Sede. O recurso financeiro utilizado cobriu despesas com diárias, passagens e material de consumo para as ações de treinamento e qualificação (supervisão) das UMC's em cinco pólos, abrangendo 55 municípios, além da utilização em atendimento a vistoria de fiscalização cadastral de imóveis selecionados por improdutividade e/ou trabalho análogo ao escravo.

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibiliza-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ⁵

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
								#DIV/0!

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
			#DIV/0!		#DIV/0!		#DIV/0!

Fonte:

⁵ Não aplicável à natureza jurídica da UJ

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Edaldo Gomes.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	?	Área medida e georefer.(ha)	3.077,00	2.8190,0190	35.761,6946	91,62%

Fonte: Divisão de Ordenamento Fundiário - Comitê Certificação – PO/2009/10

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
48.000,00	47.813,57	47.813,57	100 %	32.540,99	100 %	32.540,99	100 %

Fonte: PO/2009 e SIAFI

No âmbito das Superintendências Regionais a principal atividade desta ação é o georreferenciamento dos imóveis rurais localizados em áreas públicas federais, com o objetivo de regularização fundiária.

Georreferenciamento da Gleba Pública Federal Bujaru, visando a certificação, tendo em vista ser pré-requisito para o georreferenciamento, titulação e registro imobiliários dos demais imóveis inseridos nesta gleba. Retificações de georreferenciamento de lotes ocorridos em 2008, que apresentaram inconsistências quando inseridos nas bases cartográficas.

Este imóvel já fora objeto de contratação de serviço de georreferenciamento por empresa contratada para este fim em 2008. Tal empresa não entregou o resultado final dos trabalhos, ficando com isso prejudicada a certificação da gleba. Como trata-se de um pré-requisito tornou-se necessário execução do serviço por administração direta da SR, sem prejuízo de apuração da quebra de contrato com a empresa.

Em razão do descumprimento do contrato com a empresa responsável pelo georreferenciamento da referida Gleba, não se pode obter com precisão o tamanho da área a ser trabalhada, mostrando-se bem maior à medida que a execução dos trabalhos avançou. O recurso financeiro utilizado cobriu despesas com diárias, passagens e material de consumo para execução das atividades descritas anteriormente.

Quanto ao não cumprimento do contrato a Superintendência vem adotando as providências cabíveis ao caso.

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área regularizada (ha)	0			#DIV/0!

Fonte: PPA 2008-2011

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
23.317,14	23.608,10	23.317,14	98,77%	23.317,14	98,77%	23.317,14	98,77%

Fonte:

Para a execução da Ação 2110 se torna necessário a execução de outras atividades, as quais demandam tempo e material humano e, como o programa Terra Legal está se estruturando, pois contou em 2009 no escritório em Belém, com apenas 09 (nove) servidores que foram alocados para a árdua tarefa de realizar, de fato, a regularização fundiária na Amazônia Legal, sendo que o ideal seriam aproximadamente 35 servidores neste escritório.

Mesmo assim, buscou-se realizar vistorias em imóveis com processos protocolados na Superintendência que já estavam aptos a regularização.

Neste sentido, realizamos vistorias e adequação a Lei 11.952/2009 em 454 imóveis/processos das Glebas Palheta, Capitão Poço e Carrapatinho, com uma área de 126.832 ha incidentes nos municípios de Paragominas, Capitão Poço e São Domingos do Capim. Entretanto a titulação ficou prejudicada devido o atraso nas licitações de georreferenciamento, problemas quanto à análise jurídica dos processos de licitação, etapa primordial para a titulação, com isso o primeiro pregão foi realizado no mês de outubro, o segundo em novembro e o terceiro em dezembro, fato que prejudicou estas ações, que serão executadas em 2010.

2.3.3.5 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área diagnosticada destinada (ha)	13.000	354.344,8618	0	2.725%

Fonte: PROGRAMA TERRA LEGAL – PO/2009/10

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
65.000,00	480.483,07	476.331,46	99,14%	431.310,11	89,77%	431.310,11	89,77%

Fonte: PO/2009 e SIAFI

A PO 2009 estabeleceu para esta ação o valor de R\$65.000,00 com uma meta física de 13.000 ha, de áreas diagnosticadas, como podemos verificar na tabela acima. Entretanto tivemos uma provisão recebida de R\$480.483,07, ou seja, 739% acima da programada na PO 2009, com um dispêndio efetivo de R\$431.310,11 e uma meta física realizada de 354.344,8618 ha, ou seja, tivemos uma superação da meta física de mais de 2.700%. Isso ocorreu devido à transição entre o que era de responsabilidade da Superintendência SR01 e a criação do Programa Terra Amazônia Legal, instituído pela Lei 11.952 de 25 de junho de 2009, e pelas ações do Mutirão Arco Verde Terra Legal,

em que tivemos participação efetiva com atendimento ao público em 04(quatro) municípios – Tailândia, Paragominas, Ulianópolis e Dom Eliseu – todos na área de atuação desta Superintendência.

Nesta ação em 2009, foram cadastrados no Terra Legal 2.509 posseiros que ocupam uma área de mais 354.344 ha, distribuídos em mais de 18 municípios, conforme tabela abaixo, todos inseridos em Glebas Públicas Federais. Pois o cadastramento é a primeira fase para a titulação, é nesta etapa que fazemos Identificação e análise de domínio e posse, e de populações tradicionais; Levantamento dos processos administrativos formalizados para fins de legitimação e regularização de posse; Mapeamento do uso atual da gleba e Identificação de possíveis usuários a serem regularizados para fins de cadastramento.

Para alcançar esta meta, a estratégia utilizada foi começar por áreas com Glebas já georreferenciadas ou em processo de georreferenciamento de perímetro, por municípios da Operação Arco Verde Terra Legal e por Territórios da Cidadania conforme abaixo:

MUNICÍPIOS COM AÇÕES DO TERRA LEGAL EM 2009

MUNICIPIOS	CADASTROS
Aurora do Pará	88
Belém	3
Breves	2
Bujaru	73
Concórdia do Pará	147
Dom Eliseu	217
Garrafão do Norte	344
Ipixuna do Pará	61
Irituia	1
Moju	1
Nova Esperança do Piriá	41
Paragominas	749
Portel	292
Santa Luzia do Pará	158
São Domingos do Capim	139
Tailândia	1
Tomé-Açu	27
Ulianópolis	74
Viseu	91
TOTAL	2509

Fonte: Programa Terra Legal

Vale ressaltar os trabalhos de identificação de áreas urbanas, dos municípios abaixo, inseridas em Glebas Federais solicitadas pelos Gestores Municipais para sua destinação ao patrimônio do Município, o que resultou no Edital 45/2009 realizado em 2009 com uma área total identificada de 9.607,70 ha.

Município	Localidade	Perímetro (km)	Área (ha)
Acará	Sede	7,45	222,97
Aurora do Pará	Sede	9,28	363,47
Capitão Poço	Sede	8,47	356,92
Concórdia do Pará	Sede	10,61	350,69
Dom Eliseu	Sede	28,59	2.030,17
Ipixuna do Pará	Sede	11,39	352,07
Irituia	Sede	11,40	338,45
Mãe do Rio	Sede	15,64	854,27
Nova Esperança do Piriá	Sede	7,17	200,63
Paragominas	Sede	28,11	2.351,14
Tomé-Açu	Sede	23,35	788,19
Ulianópolis	Sede	21,41	1.398,73

Fonte: Edital 45/2009

Todas estas ações foram realizadas em 2009, entretanto surgiram problemas quanto à análise jurídica dos processos de licitação para georreferenciamento, etapa primordial para a titulação, com isso o primeiro pregão foi realizado no mês de outubro, o segundo em novembro e o terceiro em dezembro, fato que prejudicou as ações posteriores para a efetiva titulação, ato que deverá ocorrer em 2010.

2.3.3.6 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividade-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Richard Martins Torsiano.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: PPA 2008-2011

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
7.000,00	215.651,58	215.651,58	100%	142.834,58	63,23%	142.834,58	63,23%

Fonte: PO/2009 e SIAFI

Os recursos desta ação, em despesa corrente, foram utilizados, em sua grande maioria, para atendimento a convocatória na Sede para elaboração de proposta de Instrução Normativa destinada aos novos procedimentos para regularização fundiária na Amazônia Legal. Participação em eventos para divulgação do programa Terra Legal nos municípios eleitos como prioritários pelo programa.

Ainda que não haja meta física para esta ação em razão de sua natureza de administração generalizada, a utilização dos recursos financeiros impacta nas metas de outras ações como, 2110, 4426, 8378 e 8380, por tratarem de assuntos afetos a estas ações, como elaboração de normativos, esclarecimentos dos novos procedimentos e mobilização do público alvo e publicação de editais de chamamento dos interessados.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Daniel Maia.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Divisão de Administração

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁶

⁶ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	128	A	3	Servidor Capacitado (un)	108	43	0	39,81%

Fonte: RH

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (g=g/b)
73.881,80	74.081,80	73.881,80	99,73%	72.241,80	97,78%	72.241,80	97,78%

Fonte: SIAFI

A Ação de Capacitação de Servidores Públicos Federais na SR-01 no Exercício de 2009 não alcançaram as metas propostas tendo em vista a alocação de recursos não acompanhou a necessidade da superintendência. Ressalta-se que as ações de capacitação levadas a efeito no Exercício de 2009, tiveram seu início somente no mês de julho, conforme dados contidos nos arquivos do Setor de Capacitação e Avaliação Funcional em função da falta de recursos.

Temos a considerar também que o INCRA/SEDE resgatou os recursos que estavam empenhados na SR-01, cujos mesmos eram o saldo que ainda não havia sido utilizado. Aqui consideramos que também ocorreram falhas na busca por eventos de capacitação e qualificação para utilização desses recursos. Uma das alternativas propostas para que sanear essas dificuldades está sendo a elaboração de um Plano de Capacitação e Qualificação para a superintendência, instrumento de importância capital para planejamento das ações e aplicação eficiente dos recursos.

Destacamos também que a execução das ações a partir do segundo semestre do Exercício de 2009 atingiram o quantitativo de 43 (Quarenta e Três) servidores capacitados. É mister ressaltar também a importância da descentralização dos recursos, visto que os mesmos estando disponibilizados na própria unidade gestora proporcionam, maior rapidez na sua execução.

Mas mesmo com alguns entraves significativos, tivemos avanços no que concerne ao atendimento das políticas de Reforma Agrária com a capacitação de servidores nos processos para desenvolvimento dos projetos de assentamento, bem como no acompanhamento e na fiscalização dos recursos públicos, principalmente na modalidade convênios. Contudo o não alcance das metas propostas na PO 2009 não comprometeu o desenvolvimento das atividades inerente ao órgão, mas consideramos necessária uma redefinição no planejamento das ações para a capacitação de servidores, empreitadas esta que já está sendo executada com a adoção de projetos para esta área e plano específico para esta ação.

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da S. Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Ouvidoria Agrária

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁷

⁷ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família acampada assistida (un.)	318	20.846	0	6.555,35%

Fonte: Ouvidoria Agrária – PO/2009/10

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
35.600,00	150.717,03	149.599,19	99,23%	149.599,19	99,23%	149.599,19	99,23%

Fonte: PO/2009 e SIAFI

O processo de assentamento de famílias de trabalhadores rurais e de inserção destas no Programa Nacional de Reforma Agrária constitui-se na principal ação do INCRA. No entanto, este não se dá de maneira pacífica nem linear, pois o contingente de trabalhadores que demandam a terra é muito superior à oferta desta, como recurso fundiário, especialmente quando se constata o alto grau de concentração de terras no Brasil.

Como forma de pressão, os movimentos sociais agem no sentido de promover ocupações de imóveis rurais, de modo agilizar a ação do órgão fundiário no âmbito da destinação de terras para assentamentos. Dá-se, então, o conflito no campo como expressão deste embate entre forças antagônicas.

A Ouvidoria Agrária Nacional é o órgão do Governo Federal que se ocupa da mediação destes conflitos, interagindo com os vários órgãos governamentais e não governamentais, buscando encaminhar resoluções duradouras por meio de instrumentos eficazes de favorecimento do diálogo entre as partes. Por isso, coloca-se à disposição das pessoas envolvidas em questões de litígios coletivos pela posse da terra rural, principalmente dos trabalhadores rurais sem-terra - que demandam providências do Incra para a execução do programa de reforma agrária do governo federal -, assim como dos quilombolas e proprietários rurais.

A missão da Ouvidoria Agrária Nacional (OAN) é garantir os direitos humanos e sociais do homem no campo. Instituída pelo Decreto Federal 5.033, de 05 de abril de 2004, que trata da estrutura organizacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Ouvidoria Agrária Nacional foi criada, nos termos do disposto no artigo 5º, com o objetivo de prevenir e mediar os conflitos agrários na zona rural.

Posteriormente, cada Superintendência do Incra passou a ter em sua estrutura regimental uma Ouvidoria Agrária Regional, ligada ao Gabinete, com o intuito de ser um canal de mediação entre os movimentos sociais, o Incra e as autoridades ligadas à questão agrária.

O Regimento Interno do Incra (art. 103º, IV) expressa que à Ouvidoria Agrária Regional cabe:

a) Prevenir e mediar conflitos agrários;

b) Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das partes envolvidas em conflitos agrários;

c) Receber, processar e oferecer encaminhamentos às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários;

d) Outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Coerente com estes princípios, em 2009 a Ouvidoria Agrária Regional atendeu emergencialmente 20.846 famílias de trabalhadores rurais acampados à espera de serem inseridos como beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária de variadas formas: distribuição de Cestas de Alimentos do Programa Fome Zero (seis etapas de 3259 cestas de alimentos, utilizando-se Caminhão Baú da Superintendência Regional/SR-01, com acompanhamento de dois servidores), concessão de lonas plásticas (foram distribuídos 70 rolos de lonas), atendimento de demandas de documentação da mulher trabalhadora como forma de garantia dos direitos fundamentais básicos. Além disso, empreendeu constantes visitas *in loco* nos acampamentos para verificação de ameaças à integridade física dos trabalhadores, bem como para encaminhar para autoridades ligadas ao agrário suas demandas de modo a agilizar e solucionar as questões mais prementes.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Alexandro da Anunciação Reis

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

⁸ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	P	3	Comunidade titulada (un.)	7	0	2	0

Fonte: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – PO/2009/10

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
279.500,00	67.509,01	67.508,02	99,995	65.688,02	97,3	65.688,02	97,3%

Fonte: PO/2009 e SIAFI

Reuniões com as comunidades a serem tituladas para orientações sobre os procedimentos do processo administrativo, para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos Remanescentes de Comunidades dos Quilombos, incluindo o auto-definição, a certificação pela Fundação Palmares e o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID.

Georreferenciamento das comunidades Arquinec e Cacau e Ovos. Publicação em edital de RTID e notificação da realização de vistoria dos presumíveis detentores de domínios, ocupantes, confinantes e demais interessados nas áreas objeto de reconhecimento.

Em reuniões com a Comunidade Igarapé Vilar, no município de Abaetetuba/PA, e após a elaboração do RTID, ficou manifestado por aquela comunidade o desejo de participação no Projeto de Assentamento Agro-Extrativista Santo Afonso, conseqüentemente, o não reconhecimento como quilombolas. A comunidade Cacau e Ovos repousam em situação de dominialidade jurídica indefinida, tendo em vista a empresa juridicamente proprietária, haver falido, porém quem se apresenta como detentora seria a empresa vendedora deste imóvel àquela ora falida, fato este que vem causando atrasos nos procedimento de titulação, necessitando de análise jurídica mais aprofundada, especialmente no que se refere a indenização do proprietário. As comunidades Arquinec e Arquib, estão inclusas na Gleba Federal Bujaru, a qual depende de certificação do georreferenciamento para titulação, e esta depende, dentre cinco matrículas, uma que fora transferida para a comarca de Bujaru, porém, em consulta àquele Cartório, não há o registro de transferência, necessitando diante desta situação e manifestação jurídica, para resolução e certificação da Gleba.

Diante da quantidade diminuta de servidores, os outros processos administrativos de titulação não tiveram avanços em reuniões, elaboração de RTID, publicação de editais, vistorias para indenização.

Para o cumprimento da meta física precedem à titulação, objeto desta ação, as reuniões com as comunidades envolvidas para orientação dos procedimentos de titulação; o georreferenciamento das áreas quilombolas, além das Glebas quando estas inseridas em áreas Públicas Federais e a publicações em editais. Considerando as dificuldades apresentadas acima e as etapas precedentes, não se atingiu a meta física estabelecida, porém, estas etapas requerem recursos financeiros para conclusão que foram utilizados com diárias, passagens, material de consumo e pagamento de terceiros como aluguel de embarcações para deslocamento dos técnicos, ficando o cumprimento da meta física postergado para 2010.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Divisão de Desenvolvimento

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁹

⁹ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos.

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	3	Profissional formado (un.)	90	0	100	0%

Fonte: Divisão de Desenvolvimento/PRONERA – PO/2009/10

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
203.943,00	203.943,05	203.943,05	100 %	0	0	0	0

Fonte: PO/2009 e SIAFI

Os resultados obtidos nesta ação não foram significativos, pois refletem que os recursos orçamentários foram disponibilizados no exercício, porém, as dificuldades enfrentadas, desde os exercícios anteriores, inviabilizaram a execução das avenças propostas às organizações ligadas à educação, exceção se faz à Escola Federal Agrotécnica de Castanhal que mantém o convênio com previsão de encerramento do curso em março de 2010, que conforme dados de fiscalização do processo em andamento na SR, formará 100 alunos.

Tal situação é resultado de pouca importância dada a assunto pelas instituições que atuam na área aliada às determinações legais, envolvendo transferências, pagamento de professores, prestações e contas, ou seja, essas variáveis burocráticas paralisaram as mencionadas instituições, bem como a atuação das organizações representativas conduziram à pífia execução do “PRONERA” no exercício de 2009.

Os impedimentos legais enfrentados pelas instituições ligadas à educação, na maioria, fazem com que as mesmas atuem através de suas fundações, também refletem negativamente na execução da ação, tendo em vista que por motivos ainda não bem claros, no âmbito desta UJ, quase que inviabilizam a execução das avenças tempestivamente prejudicando sobremaneira o público alvo.

Por outro lado, os recursos orçamentários postos à disposição dos asseguradores foram diretamente proporcionais à demanda das ações e operações do programa, não prejudicando as operações que necessitavam de respostas à demanda dos movimentos sociais. Ou seja, as despesas com viagens e locomoção para as operações de fiscalização e acompanhamento, promoção de eventos e formulação e divulgação de políticas públicas.

A execução do programa, além da exegese da legislação específica, deparou-se com os papéis representados pelos diferentes segmentos e parceiros, sendo que o descompasso entre o projetado e o vivido, ocasionou problemas estruturais, que somente foram vivenciados pelo público alvo.

2.3.7.2 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: PPA 2008-2011

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
38.000,00	47.689,19	47.689,19	100%	47.689,19	100%	47.689,19	100%

Fonte: PO/2009 e SIAFI

Os recursos orçamentários disponibilizados foram aplicados na Programação Operacional/2009, nas correções e ajustes das avenças firmadas nos exercícios anteriores no que diz respeito às demais organizações/cursos, bem como o acompanhamento e monitoramento das atividades da Escola Federal Agrotécnica de Castanhal.

Como já foi dito os recursos orçamentários disponibilizados à UJ corresponderam à demanda das operações do programa, não prejudicando as que necessitavam de respostas à procura dos movimentos sociais.

Ou seja, as despesas com viagens e locomoção para as operações de fiscalização e acompanhamento, promoção de eventos e formulação e divulgação de políticas públicas.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Adoniram Sanches Peraci.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Divisão de Desenvolvimento

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹⁰

¹⁰ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltada ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	606	A	3	Família assistida (un.)	7.066	0	15.812	0

Fonte: Divisão de Desenvolvimento – PO/2009/10

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
5.341.544,00	1.442.300,25	1.442.300,25	100%	149.800,25	10,39%	149.800,25	10,39%

Fonte: PO/2009 e SIAFI

No ano de 2009, a SR 01, atendeu, através dos serviços de ATES, 15.812 famílias, resultado de 05 contratos e 01 convênio, porém não consideramos como meta realizada porque esta ação tem continuidade em 2010 e pode gerar dupla contagem. Os contratos beneficiam 7.429 famílias e o convênio 8.383. As empresas contratadas para os serviços são TERRA VIVA – Assessoria Técnica Agrosocioambiental do Pará Ltda, PLANTAR – Planejamento e Assessoria Técnica Rural S/C Ltda, IDAM - Instituto de Assistência Técnica, Extensão e Desenvolvimento Rural Sustentável da Amazônia e IDATAM - Instituto de Desenvolvimento e Assistência Técnica da Amazônia, entidades com e sem fins lucrativos. O Convênio foi formalizado com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – EMATER-PA.

O Convênio é plurianual (2008-2011), no ano de 2009 o valor empenhado a EMATER / PA foi de R\$1.292.500,00, porém devido a Empresa não atender aos requisitos exigidos pela Portaria 127/2008 de 29 de maio de 2008, o valor empenhado não foi liquidado.

Em relação aos contratos, o valor de R\$5.291.998,60 foi empenhado em 2008 e inscrito em resto a pagar para 2009.

Nos dois instrumentos para a prestação de serviços, as entidades apresentam dificuldades em adequar-se aos requisitos do Manual Operacional de ATES, Normas de Execução nº 71 e 72 de 18 de maio de 2008, Resolução CONAMA nº 387 de 27 de dezembro de 2006, Instrução Normativa SLTI / MPOG nº 02 de 30 de abril de 2008 (contratos) e Portaria 127/2008 de 29 de maio de 2008 (convênio), principalmente nos

itens, equipe técnica, capacidade operacional e qualidade dos serviços, motivos estes que vêm a ocasionar suspensões nas liberações das parcelas.

O INCRA-SR 01, objetivando minimizar as deficiências e visando qualidade dos serviços de ATES, vem firmando parcerias com Instituições de Ensino e Pesquisa, entre as quais podemos destacar a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA e Universidade Federal do Pará - UFPA, essas parcerias também visam a capacitação dos servidores.

Os Contratos foram empenhados em sua totalidade em 2008 e inscritos em restos a pagar para 2009, tendo suas parcelas liberadas conforme a execução dos serviços. O Convênio, em 2009, foi empenhado o valor de R\$1.292.500,00, correspondente ao valor restante de 2008, considerando que o Plano de Trabalho foi reformulado e o convênio aditivado, como já informado, o valor não foi liquidado. O quadro abaixo descreve os valores empenhados, em 2008, e inscritos em restos a pagar para 2009, dos contratos e convênio:

PRESTADORAS	Nº DE PA's / PDA's	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	VALORES (R\$)		
			PDA	ATES	TOTAL
IDATAM	08 PA's / 04 PDA's	1.114	R\$ 159.300,00	R\$ 739.027,60	R\$ 898.327,60
TERRA VIVA	11 PA's / 04 PDA's	1.382	R\$ 131.100,00	R\$ 916.818,80	R\$ 1.047.918,80
IDAM	07 PA's / 0 PDA	1.268	R\$ 0,00	R\$ 841.191,20	R\$ 841.191,20
IDAM	10 PA's / 0 PDA's	2.316	R\$ 0,00	R\$ 1.536.434,40	R\$ 1.536.434,40
PLANTAR	13 PA's / 03 PDA's	1.349	R\$ 73.200,00	R\$ 894.926,60	R\$ 968.126,60
	TOTAL CONTRATOS	7.429	R\$ 363.600,00	R\$ 4.928.398,60	R\$ 5.291.998,60
EMATER / 2009	19 PA's/ 11 PDA's	8.383	R\$ 415.800,00	R\$ 3.353.200,00	*R\$ 3.769.000,00
	TOTAL ATES	15.812	R\$ 779.400,00	R\$ 8.281.598,60	R\$ 9.060.998,60

Fonte: ATES – Divisão de Desenvolvimento

PA'S – Projetos de Assentamento

PDA'S – Planos de Desenvolvimento do Assentamento

ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental

*No caso da EMATER / PA, em dezembro de 2008, foram empenhados R\$2.476.500,00 e em 2009 empenhados R\$1.292.500,00.

Tanto no caso de Convênio como no de Contratos, as metas não foram cumpridas em sua totalidade. O motivo foi a dificuldade das entidades em adequar-se aos requisitos do Manual Operacional de ATES, Normas de Execução nº 71 e 72 de 18 de maio de 2008, Resolução CONAMA nº 387 de 27 de dezembro de 2006, Instrução Normativa SLTI / MPOG nº 02 de 30 de abril de 2008 (contratos) e Portaria 127 de 29 de maio de 2008 (convênio), principalmente nos itens equipe técnica, capacidade operacional e qualidade dos serviços, motivos estes que ocasionaram suspensões nas

liberações das parcelas.

O não pagamento às Prestadoras de serviços, pelos motivos supra citados, gera de imediato a suspensão ou diminuição das atividades, e o principal prejudicado é o assentado, pois é através dos serviços de ATES que os mesmos terão acesso às políticas públicas, seja municipal, estadual, federal, seja de crédito, beneficiamento, comercialização, a exemplo do PRONAF-A, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Terra Sol, Bolsa Família, benefícios previdenciários, etc.

Os problemas detectados em 2009, para a execução dos serviços, conforme o contratado ou conveniado, foram principalmente, o não cumprimentos das exigências legais por parte das contratadas e do conveniente.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividade-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: PPA 2008-2011

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
69.317,00	121.148,88	116.999,05	96,57%	116.999,05	96,57%	116.999,05	96,57%

Fonte: PO/2009 e SIAFI

O acompanhamento, a fiscalização e o monitoramento dos serviços contratados e conveniados, seja no aspecto quantitativo como qualitativo, possibilitou que os vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, fossem detectado em tempo hábil e comunicado às Prestadoras para que medidas corretivas fossem adotadas e os resultados prospectados no Termo de Referência e Manual de ATES, fossem atingidos.

Os recursos disponíveis para o acompanhamento dos serviços de ATES, no ano de 2009 foram insuficientes para o número de contratos e da dimensão do convênio. No caso dos contratos e pelo número de famílias do convênio (8.383), a fiscalização e monitoramento exigem viagens mensais. E a principal dificuldade foi a falta de recursos financeiros, humanos e materiais para a realização dessas atividades. Não se levou em consideração ainda, na definição do GAP, as distâncias a percorrer e, no caso da SR 01, com o atendimento de Projetos de Assentamento Agroextrativista, no quais o principal meio de transporte é o barco.

No caso de recursos financeiros para a fiscalização e monitoramento, seria necessário, apenas para pagamento de diárias dos servidores, o valor total de R\$509.760,00 e o valor destinado para o acompanhamento do Programa de ATES foi de R\$69.317,00.

Não foi realizada nenhuma contratação e parceria e nenhuma transferência, face ser atribuição dos servidores do INCRA, a fiscalização e monitoramento dos serviços de ATES.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas Finalístico.

Gerente do programa: Eva Maria de Sousa Sardinha

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹¹

¹¹ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação Finalístico, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividade-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3					#DIV/0!

Fonte: PPA 2008-2011

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.560.837,44	2.573.144,93	2.573.144,93	100%	1.576.262,2	61,26%	1.562.124,07	60,71%

Fonte:

A Superintendência Regional do INCRA/PA – SR(01), na execução do orçamento de 2009 na ação de manutenção da unidade – apoio administrativo considerando os valores disponibilizados procurou dar sustentação logística as atividades fins, especificamente na manutenção dos complexos administrativos, como execução de contratos terceirizados de vigilância e limpeza das sedes administrativas, responsável por um percentual significativo de todo o orçamento disponibilizado, acrescentando-se despesas com energia elétrica, telefonia fixa e móvel, água, contratos de manutenção de bens móveis, contratos de locação de bens móveis e imóveis e outras despesas de manutenção desta unidade administrativa incluindo as unidades avançadas jurisdicionadas.

Além das despesas fixas acima, através da referida ação conseguimos dotar parcialmente nossas unidades com aquisição de novos mobiliários, além de promovermos o início das reformas de modernização das instalações físicas do prédio principal do complexo administrativo da sede desta regional, parte de um projeto arquitetônico mais abrangente que irá contemplar todos os prédios de nosso acervo, uma vez que a construção desses prédios remonta o início dos anos 70 e que atualmente apresentam um elevado grau de deterioração e problemas graves nas instalações elétricas e hidráulicas.

Com relação a avaliação da execução da referida ação, infelizmente a cada exercício nos deparamos com uma diminuição significativa dos recursos destinados a manutenção da máquina administrativa, onde nos vemos compelidos a adequarmos nossas reais demandas ao diminuto orçamento oferecido, nos obrigando a cada exercício a cortamos despesas importantes na manutenção de nossas sedes, como exemplo citamos que no exercício de 2009 para nos adequarmos aos recursos disponibilizados tivemos que reduzir drasticamente nosso contrato de vigilância nas sedes das unidades avançadas, onde a vigilância que era executada 24 horas e em todos os dias da semana teve que ficar restrita somente ao horário noturno de segunda a sexta e 24 horas somente aos sábados, domingos e feriados, o que fragilizou a guarda dos bens públicos de nosso acervo patrimonial instalados naquelas unidades.

Finalizando e dentro das expectativas a que se propunham os recursos disponibilizados, apesar dos entraves anteriormente expostos, conseguimos manter o apoio logístico as atividades desenvolvidas na execução da programação operacional do exercício de 2009.

2.3.9.2 Ação 2003 - Ações de Informática

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.

Descrição: Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	126	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: PPA 2008-2011

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
636.505,08	637.027,92	636.505,08	99,92%	377.020,94	59,18%	377.020,94	59,18%

Fonte: PO/2009 E SIAFI

Esta foi uma ação que obteve excelentes resultados concernente a busca da melhoria das condições tecnológicas da SR.

Com o apoio da Sede, conseguimos contratar o projeto, contrato/licitação da rede lógica, elétrica e telefônica, bem como, o projeto, contratação/licitação do Sistema

de Vigilância Eletrônica, Circuito Fechado de TV – CFTV, que atende as questões de vigilância e também controle de entrada e saída de pessoas, além de servir para controle de ponto dos servidores e contrato/licitação do Outsourcing de impressão que trará ganhos de produtividade e diminuição dos custos com impressão.

Além destas conquistas, com a ajuda da Diretoria Estratégica - DET conseguimos aumentar o parque de computadores, notebook's, bem como melhoramos o contrato de acesso a Internet móvel aderindo a ata do Tribunal Regional do Trabalho aumentando para 50 mini modems, equipamento este que ajuda os técnicos enviarem dados de campo direto aos sistemas do INCRA, bem como a rede sem fio (wireless), que atende a sede.

Também vale destacar que o contrato de manutenção de equipamentos entrou em execução no início de 2009, contrato este que está nos dando um ganho de produtividade muito grande, pois tínhamos apenas um técnico habilitado para o serviço, gerando assim muita demora no atendimento aos usuários e uma demanda crescente. Também tivemos um grande avanço na contratação do monitoramento de veículos via satélite da sede, projeto este que também foi elaborado pelo Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI, visando diminuir custos, que será acompanhado e analisado com dados de 2010, pois o mesmo foi implantado em novembro de 2009.

Os problemas enfrentados durante o ano foram com a elaboração dos projetos, principalmente o da rede lógica, que teve que ser ajustado muitas vezes e que acabou prejudicando a licitação da obra, o que ocorreu muito em cima do prazo de fechamento do ano, e só foi solucionado em janeiro de 2010, porém já está em pleno andamento a contratação e execução da obra. Temos muitos problemas com a rede lógica, elétrica e telefônica da sede, projetada apenas para 80 (oitenta) pontos e hoje estamos chegando a um parque trezentos computadores, impressoras e servidores, fato este que justifica a importância da contratação de uma nova rede.

Temos contrato com a empresa SHIFT Engenharia e Empreendimentos Ltda de manutenção de equipamentos de informática, que disponibiliza dois técnicos de nível médio bem como, suporte em informática.

2.4 Desempenho Operacional

2.4.1. Programação Orçamentária

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte:

A Superintendência Regional do INCRA/PA – SR(01) não realizou no exercício de 2009 nenhuma operação de movimentação orçamentária descrita e inerente ao quadro acima

2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	786.274,99	85.205,64	786.274,99	85.205,64
Tomada de Preços	-	3.099.526,12	-	3.099.526,12
Concorrência	17.280.761,79	150.033,48	17.280.761,79	150.033,48
Pregão	4.625.593,57	3.242.455,86	4.625.593,57	3.242.455,86
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	244.116,18	259.337,18	244.116,18	259.337,18
Inexigibilidade	1.046.676,09	652.490,66	1.046.676,09	652.490,66
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	393.629,17	475.971,48	393.629,17	475.971,48
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	1.806.265,50	2.039.632,61	1.806.265,50	2.039.632,61
Outros				

Fonte: Balancete Contábil retirado do SIAFI de 2008 e de 2009.

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	□	□	□	□	□	□	□	□
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	□	□	□	□	□	□	□	□
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	□	□	□	□	□	□	□	□
3.3.3.3.0.41	14.391.263,63	1.295.500,00	-	-	9.891.263,63	1.292.500,00	4.500,00	3.000,00
3.3.3.9.0.14	1.806.265,50	2.039.632,61			0	0	1.806.265,50	2.039.632,61
3.3.3.9.0.30	473.383,51	424.680,38			66.590,27	105.676,14	402.120,47	319.004,24
Demais elementos do grupo	12.178.390,45	6.615.874,07			8.630.361,29	1.495.552,50	1.154.550,64	5.120.321,57

Fonte: Balancete Contábil retirado do SIAFI, referente aos anos de 2008 e de 2009.

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	□	□	□	□	□	□	□	□
34490.51	12.002.030,98	2.910.114,54			11.985.384,37	2.756.614,54	16.646,61	153.500,00
34440.41	6.688.955,42	18.186.802,72			4.896.257,27	18.186.802,72	1.792.698,15	0
34490.52	252.165,64	328.896,09			248.887,64	171.279,65	3.278,00	157.616,44
Demais elementos do grupo	241.291,90	174.729,31			241.291,90	174.729,31		
5 - Inversões Financeiras	□	□	□	□	□	□	□	□
34590.66	142.343.199,00	110.689.500,00			80.043.399,00	85.215.900,00	62.346.800,00	48.342.700,00
34590.61	233.741,57	0			233.636,14	0	105,43	0
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	□	□	□	□	□	□	□	□
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Balancete Contábil referente aos anos de 2008 e 2009, retirado do SIAFI.

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	942.699,72	1.015.704,88	1.121.062,02
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	1.721.428,33	1.806.265,50	2.093.632,61
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1. Publicidade	99.775,00	178.017,55	136.348,59
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	1.803.032,78	1.797.971,29	989.630,63
3.3. Tecnologia da informação	0	0	71.279,27
3.4. Outras Terceirizações	0	0	0
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	620.478,81	366.948,19	469.898,94
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	0	0	0
TOTAIS	5.187.414,64	5.164.907,41	4.881.852,06
Fonte: Balancete Contábil retirado do SIAFI, referente aos anos solicitados.			

Em análise do comportamento evolutivo das despesas apresentadas esclarecemos que no quesito passagem observa-se a cada exercício um aumento gradativo face o acréscimo no número de deslocamentos propostos. Com relação às diárias o aumento ocorreu principalmente face a alteração nos valores das diárias aos longo dos exercícios citados.

Quanto às despesas apresentadas relacionados aos serviços de vigilância, limpeza e conservação a redução verificada ocorreu em função de que esta Superintendência Regional nos exercícios de 2007/2008 custeava os gastos de vigilância nas Unidades Avançadas de Monte Alegre, Rurópolis, Altamira, Santarém, Cachimbo, sendo que no exercício de 2009, com a consolidação após criação tais atribuições foram repassadas para a nova Superintendência Regional de Santarém/PA, visto que tais unidades passaram a fazer parte daquela estrutura administrativa.

2.4.5. Indicadores de Desempenho

Este item será apresentado no item 16, pois o INCRA tem um conjunto de indicadores elaborados em parceria com o TCU.

3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

3.1 Composição dos Recursos Humanos

3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	□	□	□
Próprios	265	-	300
Requisitados	-	-	-
Celetistas	-	-	-
Cargos de livre provimento	□	□	□
Estatutários	4	-	4
Não Estatutários	-	-	-
Terceirizados	5	-	20
Total	274	-	324

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR - Dez/09 e extração SIAPE março/10

3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	265	4.100.649,64	157.394,53	7.383.193,29	482.697,96	0,00
2008	266	6.148.748,57	223.462,58	8.050.000,69	858.256,52	7.675,47
2009	248	8.427.472,20	256.920,95	5.566.771,96	1.191.048,72	0,00
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	7		192.691,90	-	-	-
2008	4		195.704,63	-	-	-
2009	4		160.657,91	-	-	-
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-

Fonte: 1)Quantidade: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR - Dez/07, Dez/08, Dez/09 e extração SIAPE março/10. 2)Valores: Extração Financeira SIAPE 2007, 2008 e 2009 mediante utilização do sistema Data Warehouse(DW), elaborada pela SRH/MP.

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	60	1.803.032,78	-	-	-	-	22	39.600,00
2008	60	1.797.971,29	-	-	-	-	18	55.440,00
2009	40	989.630,63	-	-	-	-	18	83.952,00

Fonte: 1)Quantidade: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR - Dez/07, Dez/08, Dez/09 e extração SIAPE março/10. 2)Valores: Extração Financeira SIAPE 2007, 2008 e 2009 mediante utilização do sistema Data Warehouse(DW), elaborada pela SRH/MP.

Obs: Nos anos de 2007 e de 2008 esta Superintendência custeava as despesas de vigilância das Unidades Avançadas de Monte Alegre, Rurópolis, Altamira, Santarém, Cachimbo, que no ano de 2009, foram repassados para a Superintendência de Santarém.

3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra

Nat.	Contrato	Empresa contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Quantidade				
					Médio		Superior		
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
Observação:									

Fonte:

Obs: O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA SR/01 não tem Contrato de terceirização de mão-de-obra de pessoal de Área-fim.

3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir.

A Superintendência não trabalhou em 2009 nenhum indicador de recursos humanos além daquele que compõe o quadro de indicadores, item 16 do presente relatório. Para 2010, já está elaborado um projeto para área de RH que contempla além de indicadores de capacitação, os relacionados a saúde do servidor, produtividade, que será discutido quando a adesão ao programa do Ministério do Planejamento e Orçamento, chamado GESPÚBLICA, que a SR está programando para final de março de 2010.

3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

Considerando a implementação das políticas de Reforma Agrária e o Ordenamento Fundiário nas áreas de atuação da SR-01, temos a considerar que 51% dos servidores da superintendência, estão diretamente ligados as ações voltadas para esta missão. Objetivando uma maior e melhor qualificação dos nossos profissionais, houve no exercício de 2009 o aperfeiçoamento de 43 servidores com destaque para as qualificações nas áreas de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e Políticas para Mulheres na Reforma Agrária. Dessa forma, também ressalta-se que há uma equidade quanto a adequação dos quadros de funcionários da área-meio em relação a área-fim, sendo que 45% dos servidores atuam nas divisões consideradas área-meio e 51% nas divisões consideradas área-fim.

Quando ao desempenho funcional dos servidores e funcionários, temos a informar que não há um instrumento interno para verificação efetiva desse desempenho. O que há são considerações aleatórias e pontuadas que não estão sistematizadas. Podemos proceder a uma análise superficial considerando o coeficiente de servidores que ainda se encontram em estágio probatório e que levando em consideração os conceitos de assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade alcançaram pontuação máxima. Assim sendo, consideramos que uma pequena parcela dos servidores está desempenhando devidamente suas funções dentro da instituição e conseguindo com esforço desenvolver as metas do órgão.

Mesmo conseguindo alcançar as metas estabelecidas pela instituição, este alcance demanda um esforço subumano tendo em vista o coeficiente da força de trabalho que dispomos. Há necessidade urgente da ampliação do quadro de servidores da SR-01, tanto no que diz respeito aos funcionários de carreira e próprios da casa, quanto dos funcionários terceirizados. Hoje do total de 269 servidores, 60 (sessenta) já se encontram em condições de aposentadoria, ou seja, 22,3% podem requisitar desligamento do quadro de funcionários, o que ocasionaria um déficit significativo em nosso pessoal. Dessa forma, existe necessidade de reposição e renovação do quadro de pessoal com a contratação via concurso público de no mínimo mais 30 (trinta) servidores. Considerando ainda que o concurso público destinado ao provimento de cargos efetivos para o INCRA, não contempla sobremaneira os quadros de pessoal das

áreas meio, há também a necessidade de contratação de terceirizados num mínimo de 20 (vinte) funcionários terceirizados.

Para garantir eficiente no desenvolvimento das ações do órgão e assegurar que a força de trabalho da SR-01 garanta o alcance das metas estabelecidas é, imperioso a contratação de empresa para que possamos garantir a lotação dos funcionários terceirizados, fato este que terá efeitos positivos, principalmente na execução das atividades meio, liberando dessa forma, os servidores de nível superior analistas para desempenho de suas funções na área-fim.

Com relação a ampliação e renovação do quadro de funcionários, o Ministério do Planejamento autorizou através da Portaria nº. 508, de 29 de dezembro de 2009, a realização de Concurso Público para provimento de 550 cargos de quinhentos e cinquenta cargos do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei Nº. 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e da Carreira de Perito Federal Agrário, estruturada pela Lei Nº. 10.550, de 13 de novembro de 2002, integrantes do Quadro de Pessoal do Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Sabe-se que este coeficiente ainda não consegue suprir toda a necessidade de servidores especializados, mas será de grande ajuda para o desenvolvimento direto das ações de reforma agrária.

4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

MOVIMENTO DA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.1.11.00					
UG	CREDOR (CNPJ/CPF)	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL
TOTAL					

Fonte:

A Superintendência Regional do INCRA/PA não possui execução de despesas no exercício de 2009 que se enquadrem na conta contábil descrita no quadro acima, especificamente a título de Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.

5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	31.066,04	28.445,04	-	2.621,00
2007	2.685,31	2.685,31	-	-
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	116.237.071,51	19.314.848,32	66.864.742,62	30.057.480,57
2007	4.803.284,25	980.373,59	2.531.090,47	1.291.820,19
...				
Observações:				

Fonte: SIAFI

A execução dos pagamentos dos valores inscritos em Restos a Pagar visto o grande percentual de inscrição tratar-se de liberação de crédito instalação aos assentados pela reforma agrária no âmbito de jurisdição desta Superintendência Regional alcançou um nível considerado satisfatório de execução, dada a peculiaridade dessas despesas onde faz-se necessário constantes complementações em função do aumento do valor por família no programa ao longo dos exercícios de 2007 a 2009 impactando na permanência desses valores complementares na condição de restos a pagar, basicamente em função dos beneficiários não estarem aplicando os recursos iniciais disponibilizados de maneira ordenada e consistente ensejando inúmeros problemas na execução física desses valores.

Com relação as demais despesas, especificamente as despesas com contratos de execução de obras de infraestrutura, contratos de topografia, contratos de assistência técnica, convênios e outras, as mesmas se realizaram dentro dos períodos previstos,

exceto aqueles convênios em cujas execuções se mostraram aquém do acordado pelas partes, por essa razão tiveram seus prazos de vigência prorrogados e mantido suas inscrições.

Em função do passivo demonstrado de um exercício para outro leva-nos a disponibilizar no orçamento subsequente considerável soma de recursos com despesas correntes para atender principalmente a fiscalização das obras, serviços e convênios, impactando consideravelmente na execução do orçamento do exercício seguinte, além da carência de servidores para atender todas as demandas que se avolumam ao longo dos recentes exercícios.

Acrescentamos no momento que todos os valores constantes da relação de restos a pagar de exercícios anteriores a 2008 tiveram suas autorizações de vigência prorrogadas por Decreto da Presidência da República.

6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s) INCRA/SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO PARÁ SR-01									
UG / CNPJ		Denominação							
373030		INCRA/SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO PARÁ SR-01							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contra partida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Situação
							Início	Final	
1	423844	05121991/0001-84	258.500,00	23.500,00	235.000,00	-	07/11/01	05/06/02	0
1	424600	00715264/0001-21	1.086.120,00	51.720,00	1.034.400,00	-	19/11/01	31.07.03	0
1	451198	0516311/0001-37	392.661,50	35.696,50	.356.965,00	-	08//1.02	18/12/02	0
1	454777	10222297/0001-93	198.000,00	18.000,00	180.000,00	-	05/07/02	30/01/03	0
1	467486	05193057/0001-78	220.000,00	20.000,00	200.000,00	-	25/11/02	31/12/02	0
1	483918	05457900/0001-86	21.000,00	1.000,00	20.000,00	-	30.10.03	28/08/04	0
1	484041	34845578/0001-60	252.383,67	22.943,97	229.439,70	-	30/10/03	29/05/04	0
1	510520	06238014/0001-24	4.998.125,00	454.375,00	4.543.750,00	-	21/09/04	31/12/07	0
1	510521	02599286/0001-07	8.523.315,00	774.875,00	7.351.260,46	-	21/09/04	31/03/08	0
1	510523	06339616/0001-78	319.000,00	29.000,00	290.000,00	-	21/09/04	31/12/07	0
1	510771	06116787/0001-38	3.599.750,00	327.250,00	3.108.875,00	-	27/09/04	29/02/08	0
1	513494	05457900/0001-86	1.759.427,08	159.947,91	106.571,08	-	06/12/04	31/12/07	0
1	513497	05402797/0001-77	10.962.970,00	6.267.870,00	2.537,349,00	-	06/12/04	30/12/08	0

1	513943	02599286/0001-07	349.428,55	33.054,29	243.094,24	-	06/12/04	31/12/07	0
1	542712	05105135/0001-35	162.200,53	14.745,50	147.455,03		22/12/05	30/12/06	0
1	543792	05572870/0001-59	1.198.417,68	108.947,16	268.643,08		09/01/06	08/01/09	0
1	543800	05572870/0001-59	749.289,54	68.117,22	440.579,15	160.386,10	09/01//06	08/01/10	0
1	543801	05572870/0001-59	421.500,00	50.000,00	248.000,00	62.000,00	09/01/06	31/12/09	0
1	553520	83268011/0001-84	687.308,72	67.308,72	620.000,00	--	01/02/06	30/12/06	0
1	556652	22980940/0001-27	297.885,00	14.185,00	283.700,00	-	05/04/06	30/12/06	0
1	559888	22980940/0001-27	110.000,00	10.000,00	100.000,00	-	22/06/06	30/12/06	0
1	559906	14145791/0001-52	272.250,00	24.750,00	247.500,00	-	22/06/06	27/09/07	0
1	559908	22980940/0001-23	600.000,00	100.000,00	500.000,00	-	22/06/06	30/12/06	0
1	559910	83268011/0001-84	165.000,00	15.000,00.	100.000,00	-	22/06/06	30/01/07	0
1	559913	05105135/0001-35	465.143,73	46.514,37	418.629,36	-	22/06/06	30/12/06	0
1	559916	04873600/0001/15	632.945,38	63.294,53	569.650,85	-	22/06/06	30/12/06	0
1	559917	04873600/0001-15	718.475,76	65.315,98	653.159,78	-	22/06/06	30/12/06	0
1	559919	14145791/0001-52	220.000,00	20.000,00	200.000,00	-	22/06/06	27/09/07	0
1	579389	02599286/0001-07	162.768,72	23.174,02	98.522,16	-	29/12/06	31/12/07	0
1	579391	06339616/0001-78	127.075,00	12.075,00	115.000,00	-	29/12/06	28/12/07	0
1	579393	06339616/0001-78	20.995,00	1.995,00	19.000,00	-	29/12/06	28/12/07	0
1	580899	04521538/0001-00	482.240,00	43840	292.266,66	-	01/01/07	31/12/07	0

1	596475	05089495/0001-90	2.530.000,00	230.000,00	2.300.000,00	900.000,00	07/12/07	06/12/10	0
1	601515	05089495/0001-90	503.800,00	45.800,00	211.000,00	91.000,00	22/12/09	30/03/10	0
1	601517	22954226/0001-64	198.394,00	18.035,00	60.000,00	-	24/12/07	21/06/08	0
1	601667	05121991/0001-84	399.891,28	39.989,13	359.902,14	119.967,38	17/12/07	09/12/09	0
1	601686	05105143/0001-81	905.578,36	72.498,50	652.486,41	217.495,47	28/06/09	28/10/09	0
1	634390	05105135/0001-35	1.122.673,54	112.267,35	1.10.406,19	673.604,13	04/07/08	30/12/09	0
1	634394	05105135/0001-35	636.649,49	63.644,95	572.984,54	190.994,84	04/07/08	30/08/09	0
1	634395	05105135/0001-35	625.145,33	62.514,53	562.630,80	187.543,60	04/07/08	30/08/09	0
1	637560	22980940/0001-27	1.552.931,53	155.293,15	1.397.638,38	698.819,19	18/12/08	15/09/09	0
1	651539	05402797/0001-77	11.522.940,00	1.047.540,00	1.467.020,50	1.467.020,50	31/12/08	31/12/11	0
1	652425	05089495/0001-90	7.792.841,57	792.841,57	7.000.000,00	7.000.000,00	31/12/08	31/15/10	0
1	527796	83268011/0001-84	550.000,00	50.000,00	500.000,00	-	17/10/05	30/12/06	0
1	527797	83268011/0001-84	220.000,00	20.000,00	200.000,00	-	17/10/05	30/12/06	0
1	539431	01769491/0001-00	90.575,00	6.270,00	84.305,00	-	26/12/05	30/06/06	0
1	542691	05105135/0001-35	889.055,27	80.823,21	808.232,06	-	22/12/05	28/02/07	0
1	542706	22980940/0001-27	315.391,41	28.671,95	286.719,45	-	22/12/05	30/12/06	0
1	652825	04873592/0001-07	978.964,37	48.948,22	930.016,15	620.010,76	31/12/08	12/04/10	0
1	601669	05105135/0001-35	798.244,35	79.824,44	718.419,91	-	17/12/07	30/10/08	0
1	601675	04876397/0001-30	420.000,00	20.000,00	140.000,00	-	17/12/07	30/10/08	0

1	601677	14145791/0001-52	706.935,96	70.693,60	424.161,56	-	17/12/07	30/10/08	0
1	601687	05105135/0001-35	268.702,14	26.870,22	241.831,92	-	17/12/07	31/01/09	0
1	639972	04876447/0001-80	619.952,37	61.995,24	278.978,56	278.978,56	31/12/09	30/06/10	0
1	724196	04873600/0001-15	322.987,82	16.149,39	-	-	23/12/09	10/04/10	0
1	716158	04873600/0001-15	715.000,00	15.000,00	-	-	10/12/09	30/03/10	0
1	708842	05171939/0001-32	523.924,83	25.746,45	-	-	28/12/09	28/04/10	0
1	708845	05171939/0001-32	1.109.478,68	110.947,86	-	-	04/12/09	31/03/10	0
1	708754	04876397/0001-30	404.221,91	4.446,44	-	-	01/12/09	01/12/10	0
1	798914	04876447/0001-80	771.522,02	7.715,22	-	-	01/12/09	01/12/10	0
1	708853	04873592/0001-07	524.983,69	26.249,20	-	-	31/12/09	30/04/10	0
1	715451	04873592/0001-07	1.615.740,00	80.786,50	-	-	21/12/09	31/12/10	0
1	708934	14145791/0001-52	427.350,00	38.850,00	-	-	08/12/09	28/06/10	0
1	722365	22953681/0001-45	191.730,23	2.054,45	-	-	31/12/09	29/01/10	0
1	714829	22953681/0001-45	859.313,61	85.931,38	-	-	14/12/09	28/04/10	0
1	725984	05105135/0001-35	282.000,00	14.100,00	-	-	28/12/09	28/05/10	0
1	708819	84263862/0001-05	1.400.599,10	14.006,30	-	-	30/11/09	30/03/10	0
1	708838	84263862/0001-05	1.657.446,97	16.574,47	-	-	30/11/09	30/03/10	0
1	708951	22941355/0001-18	911.515,15	9.115,15	-	-	30/11/09	19/04/10	0
1	721584	05196530/0001-70	631.656,60	6.456,60	-	-	28/12/09	19/07/10	0

1	721623	05196530/0001-70	732.817,80	8.000,00	-	-	28/12/09	19/07/10	0
1	726034	05196563/0001-10	973.402,20	9.734,02	-	-	30/12/09	14/12/10	0
1	724467	04873592/0001-07	583.052,12	58.305,21	-	-	21/12/09	05/06/10	0
1	724459	04873592/0001-07	465869,73	46.586,97	-	-	21/12/09	06/05/10	0
1	721677	05105135/0001-35	470.085,00	42.735,00	-	-	16/12/09	30/04/10	0
1	716235	22953681/0001-45	523.771,42	52.377,14	-	-	14/12/09	30/12/08	0
1	716198	14145791/0001-52	890.060,00	20.060,00	-	-	03/11/09	20/06/10	0
1	716180	14145791/0001-52	607.605,23	60.760,52	-	-	08/12/09	28/06/10	0

Fonte: SICONV

Considerando o passivo que se apresenta tanto na execução como na análise técnico, contábil e financeira dos convênios firmados, quer nos convênios de exercícios anteriores como naqueles efetivados no exercício de 2009, vencidos ou vincendos, dentro das disponibilidades de pessoal técnico envolvidos nas análise, procuramos dar os encaminhamentos necessários a regularizações das situações de registro apresentadas no sistema SIAFI, realizando um acompanhamento mais efetivo dessas execuções. Ocorre, no entanto, que a própria execução pelos convenientes estão se mostrando com relativa lentidão, o que incorre em constantes pedidos de aditamentos, o que causa a grande quantidade de convênios firmados nesta regional ao longo dos exercícios de 2007, 2008 e 2009 ainda não finalizados.

No aspecto relacionado as providências efetivadas para sanear as inconsistências daqueles convênios na situação de inadimplência, através da Comissão de Tomada de Contas Especial procuramos dar provimento de notificação aqueles convenientes nesta condição, com posterior conclusão dos ritos de TCE e o conseqüente encaminhamento dessas demandas ao Tribunal de Contas da União.

7. Previdência Complementar Patrocinada

Com relação à Previdência Complementar patrocinada, temos a informar que no exercício de 2009, não foram firmados nenhum convenio ou contrato com entidades fechadas de previdência.

8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

A Superintendência Regional do INCRA/PA – SR(01) não possui informações para o presente item visto que no âmbito desta regional não executamos projetos ou programas financiados com recursos externos.

9. Renúncias Tributárias

A Superintendência Regional do INCRA/PA – SR(01) não possui informações para o presente item visto que no âmbito desta regional não se apresentaram tais demandas.

10. Operações de fundos

A Superintendência Regional do INCRA/PA – SR(01) não possui informações para o presente item visto que no âmbito desta regional não realizamos tais operações.

11A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno

Não houve recomendações do Controle Interno.

11B. Determinações e recomendações do TCU

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA – INCRA -					17125
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	010.428/2009-0	2014/2009		DI	OF.2111/2009-TCU/SECEX-PA
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO PARÁ – SR-01					
Descrição da Deliberação:					
RELATÓRIO DE LEVANTAMENTOS (TC 010.428/2009-0)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Comissão de Licitação e setor de infraestrutura – Divisão de Desenvolvimento					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Providenciado o cumprimento da determinação do TCU na íntegra, tais como: incluir no processo referido o edital de publicação da licitação; detalhamento de custos no projeto básico; normas ambientais; fixação nos editais de critérios de aceitabilidade de preço global; Aceitar e classificar propostas apresentadas com valores superiores aos custos estimados em projeto básico.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados foram imediatos, pois o que houve foi um lapso na instrução do processo de licitação que deixou de anexar licença ambiental, edital de publicação etc. que fora resolvido de imediato.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Como foi apenas um lapso de instrução de processo, as providências para cumprir a determinação do TCU foram fáceis e rápidas assim como a resposta ao Órgão.					

12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

a) SERVIDORES ADMITIDOS

1. José Ivaldo Martins Guimarães

b) APOSENTADORIAS CONCEDIDAS EM 2009

1. Ascendino Bezerra Dantas
2. Edgar Cácio Pereira
3. José Rodrigues da Silva

c) PENSÕES CONCEDIDAS EM 2009

1. Ana Alcemires Lobato Gonçalves
2. Antônio de Ribamar Lima da Silva
3. Cleide Dayane Castro Nobre
4. Cleide de Castro Nobre
5. Emanuele Souza Dantas
6. Francisca de Freitas Melo
7. Graciete Kemper Campanharo
8. Ilaise Maria Gonçalves
9. Irelene de Brito Gomes
10. Isaac Mendes Gomes
11. Joana Batista Raiol Rodrigues
12. Lucas Patrick de Castro Nobre
13. Marcus Henrique Marinho Vieira
14. Maria de Fátima do Nascimento Sousa
15. Maria de Jesus dos Santos Vieira
16. Maria de Nazaré Rodrigues Vieira
17. Maria Eunice da Silva Araújo
18. Oscar Moraes Nobre Júnior
19. Tereza Oliveira dos Santos

d) SERVIDORES CEDIDOS AO PROGRAMA AMAZÔNIA TERRA LEGAL

1. Ana Maria Sampaio dos Santos Sales
2. Antônio David Valente de Araújo
3. Edwaldo de Almeida Lopes
4. Francisco Carlos Albuquerque Cavalcante
5. Frederico Guilherme de Souza Kleinlein
6. Haroldo Malveira Maia

7. Joaquim Telmo de Brito Pinon
8. Manoel de Jesus Almeida Pinheiro
9. Oneide Baía de Castro
10. Renato Tarcísio Campanharo
11. Raimundo Alberto Teixeira do Amaral
12. Raimundo da Costa Maués

13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

Declaro para fins no disposto pelo art. 19 da Lei 11.768, de 14 de agosto de 2008, que as informações referente a contratos, bem como sobre Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria firmados no âmbito da Superintendência Regional do INCRA/PA – SR(01), estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

A Superintendência Regional do INCRA/PA – SR(01) no decorrer dos últimos exercícios financeiros estabeleceu conforme demandas que se apresentaram, o atendimento das comunidades ribeirinhas, dos projetos e reservas agroextrativistas, considerando as dificuldades de acesso a esses projetos, onde faz-se necessário a locação de embarcações dos ribeirinhos para cobrir os trechos percorridos pelas equipes de servidores deslocados para trabalhos de levantamento da área, cadastramento e pagamento de créditos. Dessa forma é imperiosa a necessidade de utilização do cartão corporativo na modalidade saque pois esses ribeirinhos não possuem domicílio bancário, razão pela qual apresentamos um gasto considerável nessa modalidade de despesa, fragilizando nossa execução em função do limite percentual de autorização para utilização da modalidade saque.

Diante do exposto, consideramos primordial a elevação do limite percentual de execução da movimentação dos cartões corporativos na modalidade saque, visto que perdurando a situação atual, fatalmente irá inviabilizar a execução de nossa meta para os exercícios futuros.

15. Informações Contábeis da Gestão

1. Declaração do contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis do Sistema SIAFI (Balanços, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, previstos na Lei 4.320 de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária. Financeira e Patrimonial desta Superintendência que apresenta contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Belém. 08 de março de 2010

ELIAS ANDRE DA SILVA
Contador/CRC-PA/Nº/2.304
Incra/SR-01/Pa

2. Declaração do Dirigente Máximo da Superintendencia Regional do Para - SR- 01

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE MÁXIMO

Declaro para fins do disposto no § 1º do art.5º da Decisão Normativa TCU/Nº 85/2007, alterada pela Declaração Normativa TCU/Nº 88/2007, que as informações sobre o Rol de Responsáveis desta unidade gestora , da qual sou dirigente máximo, contidas em banco de dados do Sistema SIAFI, são fidedignas,

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

Belém. 08 de março de 2010

ELIELSON PEREIRA DA SILVA
Superintendente Regional/SR-01/Pa
Port./nº 168/2008

16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins - INDICADORES

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	INDICADOR
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	• Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. • Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.	• 76,30%
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado	• Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. • Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês	• ¹² 0%

¹² Foi protocolado 101 processos, porém não houve certificação de processos do exercício, houve 13 imóveis certificados que deram entrada em anos anteriores.

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	INDICADOR
	existente.					por 100.	Estaduais de Certificação.	

Índice de Regularização Fundiária ¹	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. • Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	• 0%
--	--	-----------------------------------	-----------	---------------	-------------	--	---	------

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	INDICADOR
• Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício, dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação.	• Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. • Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	• 0%
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	• Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. • Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	• 365,22%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	INDICADOR
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	• Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. • Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	• 10,3%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	INDICADOR
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	• 3,49%
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCAR	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra, dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR • Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	• 0%
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício,	• Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas	• 26,56%

adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.					dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. • Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício' no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	• 30,21%
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção ²	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	• Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	• 235
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação)	• Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR;	• 22,50%

						multiplicado por 100.	• Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) ³	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	Valor monetário gerado pelas atividades produtivas - A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES(página 21) disponível em http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la	• 0%
Índice de Parcelas Supervisionadas ⁴	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	• Quantidade de parcelas fiscalizadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. • Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	• 0,79%
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	• Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	• 211

	1.141/2003 e 215/2006.							
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	3,91%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	INDICADOR
• Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	15,69%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	16
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício)multiplicado por 100.	SIAFI e SICONV	23,07%

¹ Conforme justificativa do item 2.3.3.3

² Até o momento não há formas definidas para a separação dos dados globais referentes aos respectivos Programas, o que prejudica análises de números de acesso ao crédito e até mesmo de inadimplência. Somente quando se faz a análise de contratação por Estado obtêm-se números de contratos efetivos do PNRA nos Estados do Pará, Amazonas, Amapá, Roraima e Acre, uma vez que estes não são abrangidos pelo PNCF.

³ No ano de 2009 fora realizada pesquisa sócio-econômica e ambiental nos assentamentos rurais atendidos com ATES através de contrato firmado entre o INCRA e prestadoras de serviços (IDAM, IDATAM, PLANTAR e TERRA VIVA). Nesta, escolheu-se por calcular os aspectos produtivos dos assentamentos, isto é, espécies plantadas, área, atividades produtivas, como pecuária, extrativismo, etc., pois, partiu-se do princípio que a mensuração de quantidade colhida, quantidade consumida e quantidade vendida (dado que auferiria a renda média obtida com a produção) seria melhor calculada um ano depois quando a colheita já se realizara, desta maneira, o assentado teria mais segurança e responderia com mais precisão sobre o montante de sua produção.

⁴ No ano de 2009, foi supervisionado 02 PA's com capacidade de 691 parcelas, sendo que foi retomado 105 lotes que estavam em mãos de não clientes da Reforma Agrária numa área de 3.150ha.